

(*) *Giovanni Allegretti* é Arquiteto, Doutor em Planejamento Urbano, Territorial e Ambiental pela Universidade do Florence, Itália. Investigador sênior do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra e coordenador do Doutorado em Democracia no Século XXI na Universidade de Coimbra. @ - allegretto70@hotmail.com
Maria Andrea Luz da Silva é Socióloga é Doutoranda em Democracia para o Século XXI pela Universidade de Coimbra. @ - andrealuz.ce@gmail.com *Francisco Freitas* é Mestre em Dinâmicas Sociais, Riscos Naturais e Tecnológicos pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. @ - francisco.freitas@inbox.com

Experiências participativas da juventude em Portugal:

reflexões emergentes do caso do OPJ da Trofa(**)

Participatory experiences of youth in Portugal:
 reflections emerging from the OPJ Trofa case

Giovanni Allegretti*
 Maria Andrea Luz da Silva*
 Francisco Freitas*

RESUMO: O presente artigo discute formas de participação em sociedades que estão unidas por instituições que se apoiam na democracia representativa e no Estado de direito, tendo como consequência a convivência com um processo de desilusão com tais formas tradicionais de governos representativos. A reflexão trata das novas e diversificadas formas que envolvem os cidadãos na vida coletiva e dentre esse conjunto de múltiplas atividades que se definem pela organização e controle do governo pela sociedade, uma que vem se destacando entre as demais: Orçamento Participativo (OP). Embora tal experiência tenha se desenvolvido no contexto latino-americano – e principalmente no Brasil – a partir do final dos anos 1990, é na Europa que ela encontra um terreno especialmente fértil; razão, portanto, da escolha do relato do chamado OPJ da Trofa (Orçamento Participativo Jovem), cujos objetivos e instrumentos metodológicos caracterizam as experiências participativas europeias e o modelo dos “OP atuariais” (ou de base atuarial) em particular.

Palavras-chave:
 Participação Juvenil, Orçamento Participativo, Processos Evolutivos, Pedagogia Cidadã, Portugal.

I ntrodução

Hoje, quando a maior parte do Continente Europeu está unido por instituições comuns, assentes na democracia representativa e no Estado de direito (apesar das diferenças entre o Ocidente e os países ligados ao antigo bloco soviético estar longe de serem completamente ultrapassadas) nos principais espaços públicos europeus, tende-se a debater, simultaneamente, os mesmos temas. Entre eles, está sem dúvida o da recusa da política tal como hoje é conduzida pelas elites do Continente, sendo claros sintomas todos aqueles fenómenos que Ibarra (2007) define como “participação por irrupção” que invadem os espaços

(**) Este artigo é um dos resultados intermédios do projeto “O Orçamento Participativo como instrumento inovador para reinventar as autarquias em Portugal e Cabo Verde? Uma análise crítica da performance e dos

reais e a esfera virtual para reivindicar o direito de os cidadãos terem uma voz na condução de algumas das mais diversas escolhas políticas, especialmente hoje, em que a crise econômica requer deles contínuos sacrifícios.

O facto de muitos dos países da Europa (e não apenas dela) serem confrontados contemporaneamente com uma desilusão e com uma crise de legitimidade das suas tradicionais instituições de governo representativo, tem multiplicado as experimentações relativas à criação de novos “espaços de participação por convite” (id., 2007), cuja atuação cobre um leque amplo, que vai desde débeis formas de consulta pública até processos de co-decisão e cogestão de políticas tradicionalmente forjadas pelas instituições do Estado em solitário, ou seja em espaços muitas vezes escondidos, onde as decisões se tomam sem ter que justificar o porquê e o como.

A tradicional falta de espaços onde as próprias instituições possam construir uma relação de diálogo permanente com os habitantes, e tornarem-se confiantes na capacidade dos cidadãos de não expressarem apenas desejos e intenções baseados no egoísmo e no individualismo social (mas sim numa visão solidária assente na identificação dos bens comuns e dos interesses coletivos) é desafiada na última década por experimentações de percursos que se dizem inspirados no ideal da “democracia participativa”, embora muitas vezes não consigam ir além de formas paternalísticas de “escuta seletiva” dos habitantes por parte de instituições interessadas a ter novas informações para governar os territórios de modo mais eficaz e eficiente, mas raramente dispostas a partilhar o próprio poder com os habitantes.

Se, como Rosanvallon (2008), identificamos a “confiança” como elo central na relação construtiva entre sociedade instituinte e sociedade instituída (sendo ela, ao mesmo tempo o motor que permite à democracia representativa de tomar forma – mediante a delegação de poder – mas também constitui a base para qualquer empenho do indivíduo na participação), não podemos não julgar a situação atual como um efeito daquela que Santos define como a “dupla patologia das democracias liberais” (2008). De facto, qualquer processo voluntário de envolvimento político só pode tomar forma se os cidadãos tiverem confiança na capacidade do percurso participativo de “incidir” na transformação da realidade, dado que os balanços empíricos revelam que a participação (ALLEGRETTI, 2007) não é uma variável independente, mas sim uma variável estritamente dependente dos resultados concretos que é capaz de produzir. Portanto, apenas uma gradual transformação das instituições representativas, que seja capaz de comprovar a vontade destas de abrir realmente as decisões de sua competência para com um sólido papel “co-decisório” dos cidadãos poderá desencadear um círculo virtuoso que

permita o aumento gradual da confiança mútua entre representantes políticos e habitantes. Sem estas condições, o persistir de uma ausência de confiança mútua entre administradores e administrados vai representar um fator social e politicamente perigoso, na medida em que “desencadeia um círculo vicioso que torna extremo o distanciamento progressivo entre as duas esferas, afastando cada vez mais os habitantes das instituições (num progressivo retrocesso fechado nas esferas individuais ou familiares) e fazendo com que estas últimas ponham cada dia mais a capacidade decisória dos cidadãos *sob tutela* porque acham que eles não conseguem organizar saberes e elaborar pareceres para além da esfera restrita das demandas subjetivas e de perspectivas pouco abrangentes e de curto prazo”. (DIAS, ALLEGRETTI, 2009).

Numa tal perspectiva transformadora tem que ser lida a expansão – que se deu a partir do início do milénio – de uma série de práticas participativas que vão tentando abrir espaços para os cidadãos incidam sobre políticas e projetos cada vez mais estratégicos, especialmente no patamar da vida política local de vários países. Este sinal positivo de capacidade auto-regenerativa da ação governativa e do exercício político indica que ela é muito lenta e gradual, mas não parece conjuntural; ao contrário, marca provavelmente uma tendência evolutiva a longo prazo (SINTOMER, ALLEGRETTI, 2009), ligando-se a profundas transformações socioculturais que incentivam uma procura de democratização do sistema político, incapaz de

ficar imune ao desenvolvimento maciço da educação, à crise da maior parte das estruturas dominadoras (da família patriarcal à escola, dos partidos aos laboratórios de investigação), à instauração de relatórios mais igualitários entre os sexos, ao maior número de discussões públicas sobre a ciência e a técnica, à emergência de um modelo de informação mais assente numa rede do que numa integração vertical, à relativização do modelo taylorista ou ao desmoronamento dos modelos económicos assentes na planificação autoritária (ibidem).

Rosanvallon (2008) designa com o nome coletivo de “contrademocracia” a tomada de forma de novas e diversificadas maneiras de implicação dos cidadãos na vida coletiva: um termo forte e voluntariamente ambíguo reunindo o conjunto de múltiplas atividades que visam a organizar a vigilância cívica e o controle do cidadão sobre quem governa, e não necessariamente associá-lo ao poder. Desta dinâmica de expansão de arenas de discussão pública que tentada representar um novo “ponto de encontro” entre ação cidadã e atuação institucional fazem parte os chamados Orçamentos Participativos (OP), que,

na última década – no Continente Europeu passaram de poucas unidades até mais de 200 casos. Estas experiências tomaram e tomam forma frequentemente com base em propostas institucionais, visando a auto-reformas das esferas da política representativa, embora várias delas se tenham inspirado em experiências nascidas em contextos diferentes (e, nomeadamente, no Sul do Planeta) a partir de mobilizações auto-organizadas nos tecidos sociais.

É a partir de uma breve descrição destes dispositivos que o presente artigo se debruça, com o objetivo de focar uma específica tipologia normalmente chamada “Orçamento Participativo Jovem” e ligada ao envolvimento de jovens e crianças na discussão de uma parte dos investimentos programados por instituições locais. Um estudo de caso trazido do contexto português (um dos países onde esta prática experimental tem tido mais desenvolvimento na Europa) será usado para ilustrar potencialidades e desafios deste instrumento participativo que – mediante a “concessão” de uma influência concreta sobre a decisão nalguns investimentos econômicos – pretende contribuir para a reconstrução de uma confiança mútua entre instituições e habitantes. A partir da ideia (nem sempre coerentemente traduzida em atos concretos) de que abrir aos habitantes espaços decisórios que afetam diretamente os recursos públicos (assim ousando enfrentar um tabu de longa duração) possa ser uma das abordagens mais eficazes para alterar a dinâmica perversa de desconfiança que vai dessangrando as instituições representativas europeias, sendo percebida – particularmente pelas novas gerações - quase como um percurso já agora irreversível.

Os Orçamentos Participativos: qual atuação dos jovens?

Falar de Orçamento Participativo (OP) é falar de um espaço inovador do diálogo entre atores territoriais que teve as primeiras iniciativas em pequenas cidades do Brasil – como foi o caso de Icapuí, no Ceará, e de outros municípios no Rio Grande do Sul e no Espírito Santo. A consolidação deste instrumento, que originam vários modelos diversificados em diferentes latitudes do Planeta, ocorreu a partir de 1989 em cidade de porte maior, e, primeiramente, na Prefeitura de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Tratou-se de uma experiência radical de participação e gestão pública que ainda depois de mais de 23 anos e a despeito de mudanças políticas significativas nas coligações que governam a Cidade - se mantêm (embora em formas diferenciadas), expandindo a sua influencia além dos limites do Estado, do Brasil e do Continente Latino-Americano, e deixando hoje rastros nos mais diferentes Países. (SINTOMER et al., 2011).

A experiência de Porto Alegre reproduz-se, mantendo a sua integralidade conceitual ou sendo objeto de adaptações, em muitos casos em descontinuidade com anteriores experimentações participativas ou processos de mera consulta pública. Seus objetivos, metodologias e público-alvo também se ajustam a diferentes realidades, de sorte que hoje resulta como um útil horizonte de referência que permite um aprofundamento teórico sobre os nexos entre “sociedade civil e democracia”, acerca do “o aprofundamento da democracia e a respeito do seu desenho institucional” (AVRITZER, 2007).

Muitas as definições de OP dadas nas últimas duas décadas, na tentativa de não restringir demasiadamente o campo das experimentações, sem ao mesmo tempo perder a centralidade de alguns princípios norteadores na base das praticas porto-alegrenses. Aqui lembramos a definição proposta por Ubratan de Souza, um dos principais inspiradores da experiência de Porto Alegre:

Orçamento Participativo é um processo democrático direto, voluntário e universal, onde as pessoas podem discutir e decidir sobre orçamentos e políticas públicas. A participação do cidadão não se limita ao ato de votar para eleger o poder executivo ou legislativo, mas envolve também as prioridades para os gastos públicos e o controle de administração do governo. Ele deixa de ser alguém que possibilita a continuidade da política tradicional e torna-se um protagonista permanente na administração pública. O OP combina a democracia direta com a democracia representativa, uma conquista que deve ser preservada e valorizada. (UN-Habitat, 2009, p.17)

Uma tal definição ajuda a compreender como o OP necessita ser julgado como espaço capaz de atuar contemporaneamente na transformação das relações de diálogo e poder em duas esferas distintas e interligadas: a das instituições (principalmente locais, dado que é neste âmbito que os OP atuam principalmente) e a da sociedade. O grau de completude da implementação de um OP poderia, portanto, ser julgado em função da sua capacidade de intervir contemporaneamente nestas duas esferas, para promover uma renovação dos equilíbrios de poder entre elas, e no interior de cada uma. Muitos objetivos específicos poderão ser visualizados dentro desta visão geral, pondo mais ou menos ênfase em cada um, ou concentrando em alguns apenas a experimentação de um Orçamento Participativo. Entre eles, em muitos territórios, a gestão equilibrada e otimizada dos recursos públicos ou a sua redistribuição mais justa, assim como o melhor funcionamento da

máquina administrativa e uma capacidade de responder melhor às variadas necessidades da população se distinguem como os mais frequentes objetivos declarados para justificar a experimentação de um Orçamento Participativo.

Em termos metodológicos – embora nem sempre a coerência com os objetivos declarados tenha sido elevada - falar de OP também significa ter que se debruçar sobre uma série de possibilidades participativas que estão se ajustando, com melhores ou piores resultados, em cidades de vários Países da América do Sul, América do Norte, Europa, Ásia, África e Oceania. No sentido de contribuir com o esclarecimento sobre alguns aspetos centrais que unificam as mais diversas iniciativas, Sintomer et alii (2008, 2011) exatamente apostam numa definição macro metodológica do OP, centrada na necessidade que um processo conte com os seguintes critérios mínimos para poder ser corretamente definido como um Orçamento Participativo, para além de uma eventual autodenominação:

- 1 - *A vertente orçamental e/ou financeira deve ser discutida* (tanto mais porque orçamento participativo lida com recursos escassos);
- 2 - *O envolvimento no processo tem de ser ao nível de cidade – ou de um departamento (descentralizado) com órgãos eleitos e algum poder na administração* (O nível de bairro não é suficiente);
- 3 - *O processo tem de ter momentos (e práticas) repetidos* (neste sentido um encontro apenas, ou um referendo, sobre questões financeiras não são exemplos de um orçamento participativo);
- 4 - *O processo tem de incluir alguma forma de deliberação pública, no âmbito de encontros específicos ou fóruns* (a abertura aos cidadãos das reuniões dos corpos administrativos ou políticos não é um orçamento participativo);
- 5 - *A prestação de contas quando da apresentação de resultados é essencial.*

Estes critérios de base tendem a confluir em “modelos organizacionais” diferentes, cujos nomes podem refletir a unidade organizacional de base, como acontece nos “modelos territoriais” (geralmente forjados em torno de distritos, freguesias, regiões ou subdivisões outros do território), nos “modelos temáticos de OP” (articulados em torno de eixos setoriais, como acontece com os “OP da Habitação” que se limita a discutir recursos destinados para a habitação social, como acontece em Belo Horizonte ou na Agência Logiparc de Poitiers, na França) ou nos chamados “modelos atuariais”, onde o debate

sobre recursos econômico-financeiros se desencadeia, tendo claros grupos-alvos de habitantes como referência. O principal e mais frequente exemplo desta categoria de processos participativos é até hoje os chamados “OP Criança e/ou Jovem” (também identificados como OPCJ ou OPJ), interessados em abrir espaços para diálogo sobre prioridades territorial com estudantes e/ou cidadãos jovens. Estas experiências ensejam novos desafios organizativos, epistemológicos e políticos, dado que o facto de crianças e jovens poderem falar, argumentar e defender ideias tendo um papel ativo na proposta e na priorização de escolhas a financiar por meio de recursos públicos as situam em outro patamar do processo de conhecimento e inserção no cotidiano de suas comunidades.

Em si, a categoria dos OPCJ jamais é uniforme, mas mostra um panorama variado de hipóteses de relações diferentes com os grupos envolvidos. Por exemplo, numa das primeiras experiências conhecidas (o OP temático de âmbito escolar experimentado em Porto Alegre entre a Gestão de Tarso Genro, 1993-1996 e a do Raul Pont, 1997-2000), o objetivo não foi apenas discutir e decidir investimentos, junto com a comunidade escolar feita por alunos, pais e professores, mas também de chegar a pôr em debate novas formas de pensar os *currículos* e ensaiar métodos pedagógicos experimentais nalguns estabelecimentos escolares do Município (ALLEGRETTI, 2005). Em Fortaleza, o OP Criança tornou-se um espaço central na construção de uma “consciência ambiental” da sociedade como um todo, contribuindo notavelmente à para a eficácia de programas de “redução do risco” conforme afirmado nas motivações do Prêmio do Observatório Internacional da Democracia Participativa atribuído à Cidade em 2008. Em outros casos, como em S. Paulo e Fortaleza, no Brasil, o processo procura “empoderar” cidadãos que não gozam tradicionalmente dos direitos políticos, abrindo espaços decisórios que também pudessem atuar como “multiplicadores” (junto às famílias) para uma gradual reconstrução da confiança na política e um aumento do interesse para com os assuntos da transformação e gestão do território a partir das necessidades formuladas pelos próprios habitantes.

Vale a pena realçar, a ideia de que todos estes modelos e submodelos de experiências se diferenciam muito de caso a caso, de país a país e de continente em continente. Por isso, vários manuais de boas práticas, assim como pesquisas comparativas procuram facilitar a legibilidade desta complexidade, desde de uma série de possíveis critérios unificadores, conforme no estudo realizado para o *Centro de Serviços para os Municípios em Um Só Mundo* (SINTOMER et al., 2011) que – apresentando uma hipótese de tipologia de OP baseada em seis tipos ideais¹ - tentou cruzar as tipologias com quatro critérios que tanto ajudam a entender os projetos em curso como orientam aqueles que estão em fase de implantação:

1 Os tipos ideais (já elaborados para o contexto europeu por Sintomer/Allegretti, 2009) eram: (1) adaptação de Porto Alegre; participação de proximidade; (2) consulta das finanças públicas; (3) participação de atores diversificados; (4) orçamento participativo comunitário; (5) participação de grupos organizados (neocorporativismo).

- *origem do orçamento participativo (critério 1);*
- *organização de encontros e reuniões (critério 2) ;*
- *o âmbito e a qualidade da reflexão (critério 3) ;*
- *o tipo de participantes e o papel da sociedade civil, em geral (critério 4)*

A unidade entre as diferentes experiências tipificadas a seguir tem por base um elemento unificante, ou seja a ideia de valorizar “cada indivíduo e as suas exigências sem renunciar às possibilidades de compartilhar espaços coletivos”, onde se possa crescer conjuntamente, portanto [...] “valorizando o componente pedagógico da participação” como seu elemento central (ALLEGRETTI, 2011). É neste sentido que os Orçamentos Participativos destinados a criança e jovens conferiram espaço próprio de apreciação e reconhecimento, na medida em que procuram dar ainda mais centralidade ao componente pedagógico do processo experimentado.

Características-chave dos tipos ideais de procedimento do Orçamento Participativo

	1.Adaptação de Porto Alegre	2.Participação de proximidade	3.Consulta das finanças públicas	4.Participação de atores diversificados	5.Orçamento Participativo comunitário	6.Participação De Grupos organizados
Origens	Adaptação do modelo POA em geral, ruptura com tradições existentes	Conselhos de proximidade, fundos de proximidade, gestão de proximidade, extensão ao nível da cidade.	“Reformmodell” . Reforma dos serviços públicos em Christchurch (Nova Zelândia), versões participativas do NPM, planejamento estratégico	Versão participativa de parcerias público-privado	Projetos de desenvolvimento comunitário e empowerment (no âmbito de políticas gerais de regeneração urbana)	Projetos neo-Corporatistas Locais, Agenda 21, planejamento estratégico participativos para ONGs locais
	Procedimento standartizado no movimento alterglobalista	Procedimento não muito standartizado	Procedimento standartizado por fundações	Um certo grau de standardização através de organizações internacionais	Uma certa standardização devido a ONGs	Uma certa standardização devido a organizações internacionais

Orga- nização de reu- niões	Reuniões abertas a nível de bairro, delegados a nível de cidade	Reuniões abertas a nível de bairro e a nível de cidade	Reuniões abertas (ou reuniões com cida- dãos sele- cionados ao acaso) a nível de cidade	Reuniões fechadas a nível de cidade	Diferentes tipos de reunião a nível de bairro, delegados a nível de cidade	Reuniões fechadas a nível de cidade
	Ciclo par- ticipativo	Ciclo par- ticipativo	Não há geralmente ciclo Participa- tivo	Nem sem- pre há um ciclo participa- tivo	Nem sem- pre há um ciclo participa- tivo	Nem sem- pre há um ciclo participa- tivo
Delibe- ração	Discussão centrada nos inves- timentos públicos	Discussão centrada em inves- timentos públicos micro- -locais ou diretivas gerais de política da cidade	Discussão centra- da no orçamento geral ou na oferta de serviços	Discussão centra- da sobre projetos concretos financia- dos por parcerias público- -privadas	Discussão centrada sobre projetos concretos de comuni- dade	Discussão centrada sobre diversas políticas públicas e possi- velmente sobre projetos específicos
	Projetos seriados segundo critérios da justiça distributi- va, regras formaliza- das	Não há seriação de investi- mentos ou ações regras informais	Não há seriação de serviços possibi- lidade de seriação de priorida- des, regras bastante informais	Projetos seriados, regras formais	Projetos seriados, regras formais	Seriação flexível das principais linhas diretivas, regras não necessa- riamente formaliza- das.
	Elevada qualidade de delibe- ração	A atualida- de de deli- beração é média ou fraca	A qualida- de de deli- beração é pobre	A qualida- de de deli- beração é entre boa e média	A qualida- de de deli- beração é entre boa e média	Qualidade de deli- beração variável

Sociedade civil	Cidadãos mais ativos (ou grupos organizados)	Cidadãos mais ativos (ou grupos organizados)	Cidadãos ativos ou comuns (selecionados por sorteio)	Cidadãos organizados em articulação com empresas privadas	Cidadãos especificamente organizados	Cidadãos organizados / instituições locais / associações de empregadores
	A sociedade civil possui uma real autonomia de procedimentos	A sociedade civil tem pouca autonomia de procedimentos	A sociedade civil tem pouca autonomia de procedimentos	A sociedade civil tem pouca autonomia de procedimentos	A sociedade civil tem uma real autonomia de procedimentos	Grau de autonomia muito variável para a sociedade civil
	Poder de tomada de decisão	Poder consultivo	Poder consultivo	Poder de tomada de decisão	Poder de tomada de decisão	Poder variável

Fonte: (Sintomer et alii, 2011. In: n° 25 - Versão portuguesa da série Diálogo Global)

Merece realçar que, a cada vez mais, o Orçamento Participativo é lido como referencia central para uma reflexão mais abrangente sobre a democracia e capacidade inovadora das formas participativas, especialmente no que diz respeito à discussão de quatro questões fundamentais: “a cessão da soberania popular; a participação a nível local; a auto-regulação e a reversão das prioridades na distribuição dos recursos públicos”. (AVRITZER, 2007).

Embora aos OPs seja geralmente reconhecida a capacidade de rebalancear um clima difundido de desconfiança nas instituições por meio de um envolvimento direto dos habitantes nas escolhas relativas aos seus territórios, a maior crítica que os Orçamentos Participativos recolhem – especialmente no âmbito dos teóricos e profissionais empenhados na análise e promoção de práticas de “democracia deliberativa” (FISHKIN, 2009; FISHKIN et al., 2010; BANCO MUNDIAL, 2007) – diz respeito principalmente à qualidade do debate que precede a priorização das propostas, e às maneiras como a ação coletiva intervém em tornar estas vencedora ou perdedora, sem que o consenso recolhido por parte de cada projeto apresentado seja fruto de intercâmbios racionais de ponto de vistas e argumentações. Neste sentido, apesar da complexa articulação dos ciclos de apresentação, discussão e votação das propostas, muitos OPs poderiam ser alvo de carências metodológicas e de “problemas do desenho institucional” (POWELL, 1991; HALL, TAYLOR, 1996), entendidos como uma insuficiente reflexão sobre a “influência do desenho das instituições na sua capacidade de predeterminar atitudes dos atores sociais” e – portanto – alguns resultados dos processos participativos.

Neste sentido, os OPs são metáforas evidentes dos riscos e desafios de várias outras formas e instrumentos de *governança participativa*, porque “são participativos na forma como incorporam o compromisso e a capacidade das pessoas comuns, deliberativas porque instituem um processo racional de tomada de poder das bases na forma como eles ligam ação e discussão” (FUNG, WRIGHT, 2002). Conforme definido pelo pedagogo César Munõz, tanto o Orçamento Participativo em geral como a subcategoria dos OPs para Crianças e Jovens, representam “dois grandes pré-textos de um grande texto, que é a democracia participativa”. (O POVO, 2006).

Nesta perspectiva, seria ingênuo atribuir em si um valor “progressista” aos Orçamentos Participativos em quanto modelo, independentemente das formas específicas com as quais cada exemplo se apresenta estruturado. Portanto, afirmações como a do Boaventura de Sousa Santos, que denomina o OP de uma “concepção distributiva democrática” e o caracteriza pela “liberdade de participação dos cidadãos, pela existência de normas democráticas de funcionamento e recursos distribuídos com objetividade e critérios técnicos” (SANTOS, 1998) tem que ser estritamente referidas e ligadas aos específicos casos considerados pelo autor e à configuração do modelo no momento em que ele está a medir e descrever os efeitos².

De facto, tanto mais na última década, quando os OPs se diferenciaram imensamente nos diferentes contextos, é necessário julgar atentamente cada caso, a sua estruturação e a sua adequação ao quadro territorial e sócio institucional, podendo-se apenas reconhecer ao Orçamento Participativo em quanto “instrumento específico” um valor “potencial” maior do que em outras experiências de participação, pelo facto de poder tocar um tema mais estruturante de que outros, como as questões económico-financeiras, que tem alto valor concreto e ao mesmo tempo simbólico, em face da hipótese de veicular pelo diálogo entre atores sociais diversos a reconstrução da confiança entre os mesmos, a partir de processos cooperativos de *learning by doing*. Fora disto, será o diferente volume de recursos e as diferentes maneira em que eles são postos em debate (e com quais atores e qual qualidade deliberativa) que devem estar no centro da avaliação de cada experiência.

Esta cautela vale, obviamente, também para o subconjunto dos Orçamentos Participativos Crianças e Jovens que, apesar da maior ênfase posta no componente pedagógico, não escapam à necessidade de uma avaliação fina em relação a objetivos e modalidades de implementação. Embora Cabannes (2005) tenha mostrado, num pequeno estudo comparativo coordenado em quatro cidades da América latina (Cotacachi no Equador; Barra Mansa e Icapuí no Brasil e Ciudad Guiana na Venezuela), como em geral o processo

2 O mesmo pelas afirmações de Navarro quando o mesmo afirma que [...] “os grupos sociais marginalizados adquirem as mesmas capacidades e direitos que aqueles localizados no topo [da estrutura social]” (NAVARRO, 1998) ou de Rebecca Abers quando afirma que OP “é uma forma reinvenção democracia local [...] cuja questão central é uma sinergia entre o Estado e a sociedade civil” (ABERS, 2000 In: AVRITZER, 2007). Todos estes autores se referem a um período específico e a componentes bem determinadas da organização do caso de Porto Alegre nos anos '90. Vale a pena porem sublinhar que esta mesma experiência tem mudado vários elementos ao longo do tempo, assim que a literatura tem que ser analisada sempre em função das diferentes mudança de um modelo organizacional evolutivo e incremental por sua natureza.

de articulação nas experiências tenha se revelado “positivo para as crianças, principalmente no tocante a participação nas discussões e formulações de políticas”, é evidente que os resultados concretos de cada experiência se relacionam estritamente com a vontade política dos governos locais e com a maneira como – em cada caso - crianças e jovens encontram o seu espaço para poderem “agir como cidadãos e poderem imaginar novas maneiras de compartilhar o poder entre as autoridades locais e a juventude” (id, 2005).

É importante, porém, que o referido estudo tenha realçado uma série de aspectos comuns emergentes em todos os Orçamentos Participativos Crianças e Jovens analisados, e que dizem respeito a uma série de constantes repetidas na relação entre os participantes e o tema enfrentado (ou seja, a programação de investimentos públicos om base nas próprias exigências): (1) que as preocupações suscitadas pelas crianças são geralmente bastante simples e focadas em questões relacionadas sobretudo a saúde e bem – estar; (2) que *“poucas exigências irrealistas têm sido feita (a tendência tem sido encontrar soluções concretas para os problemas em geral)”*; (3) e que em muitos casos *“os projetos tem custo baixo, mas representam um ganho importante para a sua qualidade de vida”*. (CABANNES, 2005).

Esta perspectiva poderá nos ajudar a entender um dos “porquês” de um investimento crescente neste tipo de percursos participativos, em que o entusiasmo produzido pela participação dos jovens nos gestores dos processos tende a se unir com imagens “mediaticamente” fáceis e satisfatórias para a publicação, e com resultados desafiantes e portadores de uma forte legitimação social, os quais não comportam geralmente grandes esforços pelos cofres públicos.

Olhando para o caso português, no contexto europeu da multiplicação dos OP atuariais

Embora as maiores experiências de “Orçamento Participativo atuarial” destinadas a públicos de crianças e jovens tenham-se desenvolvido no contexto latino-americano – principalmente no Brasil – desde o final dos anos 1990, é na Europa que elas encontram um terreno especialmente fértil, pelos menos desde a da metade da primeira década do Século XXI. Em 2012, o maior número de experimentações ocorreu na Inglaterra, na Suécia, e em Portugal, sendo que nesses países, se atingiu frequentemente o nível anteriormente experimentado em municípios da Espanha (nomeadamente aos casos de Logroño, Córdoba, Sevilha e do pequeno Município de Santa Cristina de Aro na Catalunha) e da Alemanha (Vlotho e Hilden, essencialmente).

Sempre, a segunda geração de Orçamentos Participativos destinados a públicos de crianças e/o jovens emulou estas experiências de forma “incompleta”, primeiramente por ter concebido cada processo participativo infanto-juvenil (ao contrário do que acontecia nas experiências espanholas e na brasileiras da geração-piloto) como um “unicum” no território, e não como um percurso paralelo e integrado com outros destinados à cidadania como um todo. Um tal enquadramento poderá ter estado na base de uma substancial marginalização das novas experimentações, especialmente das suecas e portuguesas, em termos de peso real dos processos na decisão pública e na transformação das instâncias de governança urbana numa direção mais aberta às novas gerações de cidadãos.

Vale a pena realçar a idéia de que a referida marginalização – que frequentemente reduz às “políticas públicas setoriais” a experiências de envolvimento dos jovens no planeamento do território e na programação de alguns serviços ou apenas na reorganização e gestão do âmbito dos espaços escolares ou de alguns espaços de lazer de uso extraescolar – não representa um carácter específico dos Orçamentos Participativos para Crianças e/ou Jovens. Ao invés, ela representa um marco central de uma longa tradição de outras experiências complementares desenvolvidas desde os anos ’70 em vários países da Europa (e principalmente França e Itália) como os Planos Diretores das Crianças, os Conselhos Municipais dos Meninos e das Meninas, e – desde os meados dos anos ’90 – de vários processos organizados debaixo do guarda-chuva dos programas nacionais ligados à construção de uma “cidade sustentável para as crianças” e à rede internacional das “Cidades Educadoras”. Embora alguns estudos de fronteira (como a célebre análise de ROSSINI, 1998) demonstrem a relevância do impacto de médio e longo prazo de algumas destas experimentações para com o crescimento cívico/político dos jovens diretamente envolvidos, muitas dúvidas ficam relativamente ao impacto tido por estas experiências (que muitas vezes não tem conseguido sair do carácter de “piloto” da sua formulação inicial) na transformação do território, da qualidade da vida urbana e da própria rearticulação dos espaços de “co-decisão” e diálogo social com os cidadãos (PECORIELLO, 2006; TONUCCI 2003; ALLEGRETTI, 2010). E nunca parece ter sido alheio à pouca importância atribuída a estas experimentações nos termos de possíveis espaços - sólidos e inovadores - de transformação da cultura político-administrativa, um modelo de pensamento político afogado na perspectiva do curto prazo, em que a avaliação do potencial transformativo representado pela valorização do ativismo cívico das novas gerações é submetido às considerações ligadas ao peso eleitoral imediato e/ou a sua capacidade de pressão lobística no momento em que a mesma experimentação acontece (MUÑOZ, 2004).

Nesta lógica, não seria demasiadamente atrevido definir muitos destes processos como incapazes de superar uma abordagem apenas “símil-participativa”, na medida em que também nos casos em que há uma atenção para com a qualidade deliberativa e argumentativa dos espaços de diálogo social com os jovens e de construção de propostas por parte deles, raramente é conferido grande peso à construção de “espaços de incidência” (SUBIRATS, 2007) onde os jovens e/ou as crianças envolvidas pudessem ser protagonistas de decisões que tivessem um peso real na transformação do território e da sua qualidade de vida.

A persistência de uma posição “marginal” dos Orçamentos Participativos, dedicados a envolver especificamente jovens e crianças na construção de políticas públicas locais, origina, portanto, o cruzamento de fenômenos diferentes, entre os quais vale a pena salientar três principais: (1) a própria marginalidade que caracteriza em âmbito europeu os Orçamentos Participativos em geral, especialmente em relação ao que acontece no universo das práticas latino-americanas afins (SINTOMER et al., 2011); (2) a incapacidade destas novas experiências representarem uma forte descontinuidade conceitual em relação a outras práticas de envolvimento juvenil experimentadas anteriormente no mesmo ou em outros territórios europeus; (3) uma tendência geral a reproduzir (no âmbito de um mesmo país-nação) um mecanismo que se poderia definir – usando uma metáfora informática – de “cópia-cola”, ou seja um hábito das novas experiências de inspirar-se naquelas já conduzidas com um relativo sucesso no mesmo contexto nacional. Estes três “vulnus” testemunham não apenas de mecanismos “path” e “place-dependency” (ou seja de uma tendência a reproduzir percursos que afundam as próprias características em molduras institucionais, experimentações e quadros de significação dependentes do lugar e de quanto já aí feito anteriormente), mas acrescentam duas debilidades: (a) uma espécie de “inércia” ou de “preguiça institucional” em avaliar quanto já feito num passado (para separar os elementos produtores de resultados satisfatórios dos que não conseguiram alcançar os efeitos desejados, ou produzir efeitos colaterais positivos, inclusive se imprevistos e portanto não planejados); (b) uma substancial incapacidade de relacionar objetivos institucionais e meios para consegui-los. Estas duas debilidades representam, ao mesmo tempo, uma falta de cultura política e – provavelmente – também de vontade política em relação a uma proeminência do conceito de “eficácia” (ou seja, de capacidade de alcançar os objetivos programados pelos meios coerentes) em relação à centralidade do conceito de “eficiência”, aliás declinado na forma minimalista de “minimização das despesas” em vez da correta perspectiva de “relacionamento equilibrado entre custos e benefícios de uma ação”.

De facto, se a falta de cultura política para uma balanceada leitura do inter-relacionamento entre eficiência e eficácia constitui um défice estrutural de muitas administrações (sem dúvida mais acentuado na Europa neolatina/mediterrânica), poucas explicações existem para justificar a falta de vontade política que emerge quando vemos a fraca estruturação de motivações que justificam a colocação em marcha dos processos de envolvimento das novas gerações de cidadãos na formulação de políticas públicas e as medidas concretas que os estruturam, na tentativa de pôr cuidadosamente em relação os objetivos e os meios para alcançá-los. De facto, a debilidade extrema das motivações que estão por trás de algumas experimentações participativas europeias não é sempre compreensível, porquanto é fácil entender que nem todos os objetivos que justificam o investimento num processo participativo possam ser sempre e publicamente declarados, como é frequentemente o caso de “*hidden agenda goals*”, o que é típico dos orçamentos participativos, como a procura de resultados eleitorais mais favoráveis mediante uma aproximação dos habitantes, ou o desejo de facilitar - através do apoio dos próprios cidadãos - cortes necessários de recursos em alguns setores que seriam extremamente criticados se impostos.

No caso dos processos de diálogo social com vistas a envolver públicos-alvo de crianças e jovens, em muitos casos, o objetivo pedagógico (favorecer o crescimento cívico) é geralmente o primeiro e mais importante – senão o único – a aparecer. Uma tal declaração de intenções representa não apenas uma omissão de outros possíveis objetivos a alcançar (como uma qualidade de vida e uma conformação das políticas públicas mais cuidadosas em relação às visões e necessidades de grupos sociais ou etários tradicionalmente excluídos da decisão e ainda sem direitos políticos à representação nas formas clássicas da democracia participativas) mas também uma expressão de “unilateralidade” e “presunção” por parte das instituições promotoras das experimentações; porque – de facto – muitas vezes, na altura da justificação do investimento num processo participativo, a expressão do objetivo de promoção do espírito cívico nas novas gerações subentende ao mesmo tempo o não reconhecimento de que este espírito possa preexistir nos jovens cidadãos (independentemente da existência ou menos de um processo “*maiêutico*” coordenado por adultos), e também a existência de um desejo, mais ou menos explícito, de “forjar” as novas gerações em relação aos sistemas de direitos e deveres e à capacidade de afetar de forma construtiva a qualidade de vida, o planeamento e a gestão de um determinado espaço de convivência entre habitantes. Nesta óptica, é muito importante prestar atenção às matrizes e aos termos específicos usados quando da aprovação e publicitação de um percurso de participação infanto-juvenil, porque só a “*sintonia fina*” com as motivações que os adultos oferecem para “aceitar” investimentos específicos

no âmbito do envolvimento dos jovens nas políticas públicas pode revelar os verdadeiros objetivos e medir a coerência com a qual os mecanismos de implementação dos processos são postos em prática.

Nos parágrafos que seguem, descreveremos e começaremos a examinar alguns dos resultados emergentes de um dos mais recentes percursos de democracia participativa experimentado em Portugal, o Orçamento Participativo Jovem (OPJ no acrônimo mais usado) do Município da Trofa, no norte do País. A escolha não é casual, assim como não o é a classificação desta experiência no seio das experimentações de democracia participativa. De facto, trata-se de um processo recém-nascido (sendo começado apenas no início de 2011), mas com elementos de interesse – e até de maturidade – por duas razões principais: (1) a primeira é de ter-se evidenciado como um percurso experimental altamente evolutivo já nos primeiros dois anos de implementação, assim caracterizando-se por uma alta capacidade de autoavaliação e transformação permanente; (2) a segunda razão é de ter formulado o próprio modelo baseado em uma correção das debilidades detectadas em duas experimentações paralelas que tornaram referências para Portugal: o OPCJ (Orçamento Participativo Criança e Jovens) de S. Brás de Alportel do Algarve, que tomou forma a partir de uma colaboração entre o Município e a Associação In-Loco iniciada no ano de 2006, e o paralelo processo-piloto do “OP Escolar” de Marvila, promovido pela Câmara de Lisboa. No caso de Trofa, a maior novidade de concepção foi de superar o espaço da discussão junto às escolas, para tentar levar a discussão sobre uma parte do orçamento municipal a todos os jovens do território (independentemente do facto de que frequentem ou não as escolas); o segundo fator importante de evolução (presente na experimentação lisboeta, mas não em São Brás) foi o de conceber o Orçamento Participativo como um espaço decisório para os jovens participantes, embora a capacidade de priorizar projetos por meio de uma votação pública possa ser exercida sobre uma quantia limitada de recursos, estabelecida pelas instituições políticas.

Vale a pena realçar o fato de que estas características inovadoras adotadas no projeto trofense do chamado OPJ (Orçamento participativo Jovem) não caracterizam apenas a sua organização em termos técnicos-organizacionais, mas também fotografam a força e o tipo de vontade política que suporta a experimentação. O grau de inovação destes elementos de destaque não necessariamente alcança o de outras experiências europeias (como as de Sevilha ou Santa Cristina de Aro, que mantiveram elementos mais avançados de conexão com o mundo dos adultos), mas sem dúvida, apresenta uma série de novidades importantes no panorama europeu e – pelos contatos nacionais e internacionais e da visibilidade adquirida ao longo dos primeiros dois anos

de vida – poderá influenciar positivamente outras experiências europeias, especialmente no momento em que os OPs espanhóis foram extintos depois das mudanças políticas trazidas pelas eleições municipais do 22 de maio de 2011.

Portanto, nos próximos parágrafos, será nosso cuidado descrever a experiência de Orçamento Participativo Jovem da Trofa, realçando alguns dos elementos de continuidade e descontinuidade com o panorama das inovações participativas deste tipo no qual ela se coloca, com o objetivo de evidenciar as inovações que trouxe, mas também os aspetos perfectíveis desta experimentação. Na convicção de que só olhos atentos a colher as pequenas novidades trazidas por um caso-estudo possam permitir compreender o seu valor agregado num panorama internacional ainda não suficientemente sensível à aprendizagem mútua.

Elementos principais da proposta participativa de Trofa no primeiro ano de experimentação

A Trofa é um município de pouco mais de 41.000 habitantes na área metropolitana do Porto, subdividido em oito freguesias. Sem um verdadeiro centro, deve o seu crescimento exponencial sobretudo a um grande eixo de transporte e à implementação da estação de caminhos-de-ferro no início do século XX. Elevada a cidade em 1993, Trofa tornou-se município autônomo em 19 de novembro de 1998, por desanexação do vizinho Concelho de Santo Tirso (em simultâneo com os municípios de Odivelas e Vizela, criados na mesma altura).

A experiência do chamado OPJ da Trofa (Orçamento Participativo Jovem), destinado exclusivamente à população jovem do município, desenvolveu-se no âmbito da segunda geração de orçamentos participativos portugueses, que começou a tomar forma em 2008, na altura de um projeto chamado “Orçamento Participativo Portugal” (DIAS, ALLEGRETTI, 2009) no qual a Associação In-Loco (uma ONG que se ocupa de pesquisa e desenvolvimento local, em colaboração com uma série de institutos de formação e pesquisa e com o apoio de alguns municípios e freguesias³ portuguesas pioneiras na experimentação do OP) ofereceu gratuitamente a todas as instituições locais portuguesas interessadas formação e consultorias para conceber, organizar e avaliar processos de OP adequados aos seus territórios, graças aos recursos do Programa Comunitário “Equal”, financiado pela Comissão Europeia. Com a segunda geração de experiências de Orçamentos Participativos, o processo de Trofa comparte a maior atenção para com a “co-decisão”, a formalização das regras de acesso ao percurso participativo, a articulação das relações entre o percurso de diálogo social e o funcionamento da máquina administrativa, a ênfase no acompanhamento, avaliação e contínua reformulação do percurso (DIAS, 2009; SINTOMER, ALLEGRETTI, 2012).

3 As freguesias são uma instituição eletiva sub-municipal de grande importância histórica em Portugal. Trata-se de 4260 instituições (com tarefa básica de registo civil e recenseamento eleitoral, e outras responsabilidades estabelecidas caso por caso através de acordos específicos com os municípios de que fazem parte) que em muitos casos repercorrem os limites das antigas paróquias nascidas em época medieval. Atualmente, uma proposta de reforma do governo nacional (consequente às necessidades de cortes na gestão administrativa e baseada num Livro Branco sobre a Reforma da Administração Local, aprovado em setembro de 2011) está a rever número, limites territoriais e competência das freguesias, enquanto algumas cidades (como Lisboa) já estiveram a trabalhar nos últimos anos sobre propostas autónomas de transformação deste instituto de governo.

A ideia de experimentar um Orçamento Participativo dedicado aos jovens nasceu originalmente no seio de um grupo de técnicos e funcionários camarários dos setores do desporto e da educação, que acompanharam algumas das formações desencadeadas pelo projeto “Orçamento participativo Portugal” e as primeiras experiências concretas desenvolvidas em várias cidades portuguesas. Ele logrou conquistar o Executivo político, chefiado pela socialista Joana Lima, através de um processo gradual de convencimento dos três vereadores com pelouros do Município. Com esta finalidade, em dezembro de 2010, o grupo de trabalho inter-pelouros que tinha informalmente gerido a transição e a promoção da adoção do processo foi ampliado e formalizado para apoiar o OPJ, tornando-se logo conhecido como GATOP, Grupo de Apoio Técnico ao Orçamento Participativo. Também foi assinado um contrato trianual de colaboração com o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES) para aconselhar, acompanhar e avaliar o processo de “OPJ”, com base nas ideias e na proposta de regulamento pré-elaborada ao longo do ano anterior pelo Grupo Técnico, e depois aprovada pelo Executivo Municipal, que ficou à frente do processo, embora não deixando que alguns elementos centrais dele passassem pelo Executivo Municipal. Este acordo de colaboração não foi construído nos moldes de uma tradicional consultoria, mas ficou definido como um “benefício mútuo”, na medida que o CES já conduzia no País o projeto comparativo “OPtar”, que monitoriza uma dezena de experiências de OP em diferentes cidades e freguesias.

A estreia pública do projeto do OPJ deu-se mesmo nas celebrações do décimo segundo ano de vida do Município, quando a jovem presidente de Câmara anunciou a vontade do Executivo de dar forma a um processo de orçamentação participativa que pudesse crescer no tempo e estimular gradualmente a extensão também aos cidadãos adultos da cidade (conforme oficialmente declarado até no contrato de colaboração com o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra). A 28 de março de 2011 – o dia da juventude – deu-se o lançamento público, no mesmo evento onde tomaram posse os membros do Conselho Municipal de Juventude, um organismo ainda com pouca vida que existe em muitos municípios portugueses, formado principalmente por integrantes das bases locais dos três maiores partidos políticos, assim como por alguns membros de associações locais que contam em sua constituição com grupos de jovens. Nesse dia, quase 400 alunos das quatro escolas do Concelho participaram também em eventos de formação sobre orçamentos públicos e 120 (conforme veremos no próximo parágrafo) preencheram questionários destinados a ser repetidos também na fase final do ciclo participativo, para analisar a contribuição do OPJ para o crescimento cívico e dos conhecimentos contextuais dos participantes.

O processo do OPJ da Trofa inseriu-se num panorama nacional em que, na época estavam em curso apenas outros dois exemplos de Orçamentos Participativos para Jovens (os OP escolares de São Brás e de Marvila, em Lisboa) e onde os Orçamentos Participativos de cariz consultivo – que se tinham demonstrado frágeis em muitas cidades do país – começavam a ceder espaço a novas experiências deliberativas que declaravam “vinculante” a lista de prioridades de investimento estabelecida pelos cidadãos participantes, em virtude de um “pacto político irrevogável” entre o Executivo Municipal e os habitantes⁴. Na Trofa, a ideia inicial foi de promover o OP nas escolas e também junto das associações no período entre março e maio, deixando a votação das prioridades a ser financiada nas mãos dos que iriam participar de uma Assembleia Plenária aberta a quem se tivesse inscrito. Os instrumentos *on-line* foram principalmente de suporte informativo sobre os eventos do ciclo, mas também meios para ligação entre o GATOP, o consultor externo (o CES de Coimbra) e os cidadãos interessados, ou foram usados para viabilizar a apresentação das propostas e as inscrições, deixando a votação só para um “voto presencial” que testemunhasse empenho dos participantes em face do processo e permitisse construir um espaço de apresentação e debate das propostas. Portanto, a Internet não foi usada como meio para votação de prioridades (como em outros municípios do País) e os prazos do primeiro ciclo de OPJ resultaram bastante reduzidos, na tentativa de se adequarem ao andamento do ano escolar.

No âmbito desta moldura, o OPJ da Trofa revelou-se, desde o início, assimétrico, dado que – em face da ambição de envolver quer as escolas quer os militantes do associativismo local a partir dos dez até os trinta anos de idade – conseguiu orçar (no primeiro ano) o montante de 20.000€, dos quais 7.500€ destinados a um investimento numa escola e 12.500€ a uma realização para a Cidade. Merece destacar o fato de que este montante relativamente reduzido foi recortado dentro um orçamento geral 2012 de mais de 77,3 milhões de Euro, dos quais 25,506 milhões (mais de 33% do total)⁵ constituíam compromissos transitados dos anos anteriores, e ainda não cumpridos, sobretudo por causa de amplas reduções das transferências do Governo Central em consequência da crise econômica que ainda atinge o País, mas também pelo fato de se terem, ao longo dos anos, realizado despesas muito além das receitas próprias do Município.

Infelizmente, o OPJ 2011 da Trofa não conseguiu introduzir a colaboração com as escolas nos planos didáticos, e – por causa de algumas mudanças na equipa técnica em razão de a uma lei de reorganização dos serviços públicos municipais - muitos dos prazos previstos no regulamento interno aprovado pelo Executivo não foram respeitados. Nesta situação, não surpreende que a

4 É o artigo 9 do Regulamento da Trofa a estabelecer que “A Câmara Municipal da Trofa assume o compromisso de integrar na proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano Municipal os projectos votados pela Assembleia Concelhia Jovem até ao limite da parcela definida no início do ciclo de discussão” mas também que “a Câmara Municipal da Trofa compromete-se a informar os cidadãos, através da sua página electrónica, sobre os contributos acolhidos e não acolhidos e neste caso, das razões do não acolhimento, nomeadamente através do relatório anual de avaliação do Orçamento Participativo Jovem”.

5 Ver apresentação da Presidente Joana Lima na reunião anual dos OP suecos, ocorrida em 9 de Outubro de 2011.

votação dos apenas três dos quatro projetos apresentados (considerando que ninguém do quinto proposto se apresentou na assembleia final de votação) tivesse acontecido só a 25 de junho, quando já o ano escolar estava acabado. Isto tornou ainda menos atrativo um processo que já à partida – por causa das amplas dificuldades orçamentárias do Município evidentes em muitos outros campos da ação pública - gozava de uma reduzida confiança dos potenciais participantes, conforme relatado pelos números expostos no paragrafo sucessivo. De toda forma, no final, a componente de participantes ligados ao mundo da escola resultou mais ampla e ativa percentualmente do que a dos outros organizados “externamente à escola”, confirmando como - para qualquer Orçamento Participativo destinado aos jovens - os canais mais fáceis para circulação da informação sobre o processo e a criação de interesse para ele são aqueles já territorialmente organizados em unidades facilmente contactáveis, onde se chega com mais rapidez e eficácia às figuras de potenciais “multiplicadores” da informação. De facto, a situação orçamentaria precária do Município constituiu fator de tensão entre a chefia do Município e o tecido associativo do Concelho, gerando uma série de incompreensões que também influíram sobre a dificuldade de o envolver ativamente no OPJ, fora os grupos de escoteiros – cuja proposta, aliás, ganhou o primeiro prêmio destinado a um projeto de 12.500 euros para a Cidade. O projeto vencedor – chamado “Trofa Ativa” – propunha um diálogo intergeracional de necessidades de diferentes grupos de habitantes (jovens e idosos) mediante do “combate ao sedentarismo”. Praticamente, ele consistia na compra e montagem de equipamentos geriátricos “que possibilitem, a toda a população, a oportunidade de manter um nível mínimo de atividade física recomendável”, através de um empenho desportivo com “baixo grau de exigência”, na área pública chamada Souto de Bairros da Freguesia de Santiago de Bougado (cuja junta de freguesia, de cor política diferente da do Executivo municipal, reforçou a visibilidade da proposta, oferecendo apoio para futura manutenção). Sem dúvida, a simplicidade do projeto, bem como o extremo profissionalismo com o qual os jovens escoteiros apresentaram a proposta – utilizando o novo *software* PREZI – e a capacidade da proposta de atrair uma articulada frente de apoio (projetada num horizonte de vida da obra de médio-longo prazo) ajudaram o projeto a vencer, deixando de lado uma interessante hipótese de financiamento à cultura ligada à dança, a qual originava numa proposta individual de uma jovem universitária, bem fundamentada porém mais difícil para se compreender e suportar.

Em 2011, a proposta ganhadora a realizar-se no espaço de uma das escolas do município (à semelhança do que resultou em muitos outros processos de OP juvenis em outros países, como na região francesa do Poitou Charentes) (SINTOMER, TALPIN, 2010) foi um Laboratório de Ciências na Escola de

Ensino Básico 2,3 Napoleão Sousa Marques, marcada por uma crônica falta de condições para atividades didático-experimentais. Neste caso, a proposta ganhadora (descrita numa linguagem muito professoral na folha de registo das propostas do OPJ) serviu para integrar - ou melhor, substituir - as carências da manutenção/adequação do espaço escolar construído em 1982 por parte de instituições de ordem superior, mas comportou um envolvimento ativo da escola na procura do espaço para o laboratório e no fornecimento da mão-de obra para o equipamento da sala.

Um processo incremental para valorizar a sabedoria dos jovens?

Vale a pena realçar a noção de que, apesar das dificuldades logísticas do primeiro ano de experimentação do OPJ da Trofa, a estratégia visando começar a concretamente a experiência (embora sem as condições optimizadas desejadas) deu certo, e os resultados do primeiro ano foram avaliados pela equipa camarária como positivos e encorajantes, especialmente em relação ao contexto local específico e ao seu tecido associativo substancialmente fraco, e no quadro de um percurso concebido como evolutivo e incremental. No Relatório de Avaliação do primeiro ano do OPJ (2011), foi realçada uma série de áreas onde seria possível melhorar a performance do projeto, e nomeadamente: (1) a informação/comunicação institucional relativa a este; (2) a colaboração com as escolas e as associações do território; (3) a melhor articulação temporal do processo e o respeito dos prazos e das regras organizacionais; e (4) a análise dos projetos propostos para facilitar uma mais rápida execução deste. O último ponto resultará de grande importância para o futuro, na medida em que só a rápida realização dos projetos vencedores pode garantir manter a distância a desconfiança nesta novidade que marcou, sobretudo, o primeiro ano do OPJ; e isso é tanto mais necessário, dado que já o mecanismo possui uma série de “tempos mortos” decorrentes do desfasamento temporal de seis meses entre o fim de cada ano escolar e a entrada em vigência do orçamento anual do ano sucessivo.

Nas atas das reuniões de avaliação do primeiro ano, também se frisou a necessidade de envolver mais visivelmente os participantes na avaliação do processo, de melhor articular a composição do GATOP (quanto a composição e tarefas específicas dos dez membros fixos) e as suas relações com o parceiro externo da Universidade de Coimbra, que tinha realçado pequenos momentos de subvalorização do potencial de colaboração entre as duas entidades.

Em decorrência desta avaliação, e da possibilidade de revisar anualmente o Regulamento do Processo conforme a sua natureza em constante evolução,

prevista desde o início, o OPJ do ciclo sucessivo (que manteve uma articulação das fases relacionada com o ano letivo escolar 2011-2012) viu uma série de inovações centradas na construção de “multiplicadores sociais”, com o intuito de maximizar os impactos sociais do processo, reduzindo os custos organizacionais para a administração municipal. Uma tal estratégia levou nomeadamente às seguintes modificações:

1) em setembro de 2011, reuniões realizadas pelo GATOP garantiram algum espaço aos jovens participantes do ano anterior, para sugerirem dicas capazes de reorientar as regras e a organização do ciclo do segundo ano. Apesar desta consulta “informal”, não foi oficialmente previsto um espaço público para a revisão coletiva do Regulamento do OPJ cuja alteração manteve-se da responsabilidade do Executivo, sob proposta do GATOP. De facto, esta hipótese de revisão coletiva – muito frequente nos OP de Brasil e Espanha – nunca foi praticada em Portugal, até a aparição, em 2012, do Orçamentos Participativo Jovem de Condeixa;

2) para o OPJ 2012, foram multiplicados e diferenciados os instrumentos de comunicação sobre o processo, reformulando o website oficial e eliminando um *blog* sem grande interação (espaços de comunicação anteriormente duplicados de forma pouco útil) e aperfeiçoando os conteúdos e as tarefas da gestão da página Facebook, que se tornou mais um espaço de intercâmbio emocional com os jovens do que um suporte para a informação institucional, conforme antes. Infelizmente, a necessidade de substituir uma página Facebook pessoal do OPJ por uma institucional – para respeitar as novas regras do social *network* - desperdiçou parte dos mais de 800 contatos de “amizade” já conseguidos no ano anterior. Também, a experiência dos participantes do ano 2011 foi usada (embora tardiamente) para realizar alguns folhetos de publicidade do OPJ que sublinhavam – usando a experiência direta dos proponentes dos projetos vencedores do ano anterior – a oportunidade que pode representar o facto de participar e fazer propostas no Orçamento Participativo. Inexplicavelmente, a Câmara Municipal investiu recursos em alguns amplos *placards* publicitários do OPJ colocados em espaços públicos de grande visibilidade, cujo estilo de promoção (incluindo os rostos dos jovens que aí apreciam para convidar a participar do OPJ) aparecia bastante anódino em relação às peculiaridades do território trofense. A avaliação de quais os resultados práticos que os diferentes tipos de suportes de informação e publicitação poderão ter gerado ainda não foi feita detalhadamente pelo GATOP, mas

é indubitável que, no segundo ano, o investimento na promoção da imagem do processo foi mais visível e capilar, dando conta aos municípios de uma maior centralidade reconhecida pela Câmara ao processo. Esta capilaridade incluiu um concurso público – entre os jovens – para reestruturar o logótipo do processo participativo, escolhido pelo GATOP entre 26 recebidos⁶. Uma tal medida, sem dúvida, contribuiu para enraizar mais o conhecimento do OPJ nas comunidades escolares e entre os jovens do Concelho. Também foi criado um “Prémio Memória”, destinado a produtos visuais concebidos e realizados pelos próprios participantes do OPJ, para testemunhar do percurso participativo e deixar rastros da experiência para os anos posteriores. O prémio principal deveria ser uma participação no festival de audiovisual “Democracine”, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande Sul, Brasil;

3) o segundo ciclo do OPJ iniciou-se formalmente só depois de uma cerimônia oficial de “colocação da primeira pedra” dos projetos premiados no ano anterior, na qual foram distribuídos questionários aos participantes para ensaiar as “expetativas” para com o processo. No final do mês de maio de 2012, na altura da assembleia de votação das novas propostas, ainda as duas obras do ano anterior não tinham sido completadas, por dificuldades na elaboração dos procedimentos legais prévios à execução das obras. Tais atrasos pareceram bastante inexplicáveis na medida em que decorreram quase seis meses entre a votação das propostas vencedoras de 2011 e a aprovação do orçamento municipal para 2012, tempo aparentemente suficiente para a Câmara tomar as medidas para a implementação das obras. A demora em realizar essas obras, contudo, resultará dos problemas burocráticos associados à elaboração dos procedimentos e às novas regras de controlo financeiro aprovadas para os municípios pela Administração Central;

4) interessante aparece também a alteração do mecanismo de votação final sobre as propostas apresentadas pelos jovens participantes no OPJ 2012, que apostou numa “votação múltipla”, para evitar um mecanismo de excessiva competição entre as diferentes propostas e – ao contrário – favorecer a serena avaliação de uma série variada de projetos em que os votantes presentes à assembleia final poderiam se identificar. Assim, o GATOP estudou uma fórmula (já experimentada em outros Orçamentos Participativos) em que os votantes recebiam fichas de voto de valores e cores diferentes, para poderem apoiar mais de uma proposta, em ordem de preferência. O resultado premiou algumas propostas mais “transformadoras”

6 Os logotipos foram elaborados pelos alunos das disciplinas de Desenho A e Oficina de Artes das turmas 1108 e 1206 da Escola Secundária da Trofa. O logotipo vencedor, que se relaciona com os conceitos de “união” e “entrajuda” e as cores do brasão da Trofa, foi elaborado pelo aluno Rui Sérgio Rocha Teixeira.

bem defendidas pelos próprios apresentadores, sem deixar de lado outras de alto valor social que ganharam apoios inesperados (como uma proposta para um programa de apoio a toxicodependentes, que ganhou 107 votos, apesar de não ter comparecido a proponente na assembleia de voto); e

5) um importante investimento foi feito para procurar aumentar a qualidade deliberativa do processo e ter propostas mais diferenciadas em tipologia e quantidade, mas também capazes de veicular debates em torno do tema da solidariedade no território trofense. Entre as ações visadas a este efeito, houve um sensível aumento do número de encontros (em 2012, realizaram-se 18 contra os seis em 2011) entre o GATOP e várias organizações do tecido associativo local, incluindo várias associações territoriais não estatutariamente juvenis, mas que contam normalmente com a participação de um elevado número de jovens voluntários (como os bombeiros voluntários, alguns clubes desportivos ou uma associação de pais de crianças portadoras de necessidades especiais). Sobretudo, houve um amplo investimento de energias para aumentar o número de professores interessados em promover nas escolas o OPJ como medida de debate ligado aos temas da cidadania e da crise que atinge Portugal e a União Europeia, mas também com vistas a qualificar o debate sobre os temas económico-financeiros e a capacidade de aportes e elaboração individual dos jovens neste âmbito.

7 Ver <http://pmate4.ua.pt/pmate>. A Universidade de Aveiro organiza também, desde 2009, a Conferência Internacional de Educação Financeira que chegou em Julho de 2012 na terceira edição, intitulada “Transversalidade e Cidadania”. Em maio de 2011 teve também o arranque do “Plano Nacional de Formação Financeira” (PNFF) coordenado pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, que “pretende ser um instrumento destinado a enquadrar, dinamizar e difundir projetos de formação financeira”.

Vale a pena realçar o fato de que dois foram os instrumentos principais desta última estratégia. Um foi a chamada “Exposição+ Financeira”, um evento de caráter interativo que aconteceu em janeiro de 2012, promovida pela Câmara Municipal da Trofa e a Universidade de Aveiro como parte do projeto “Matemática Ensino – PmatE”⁷. Destinada a jovens dos 7 aos 17 anos, decorreu num lugar muito frequentado pelos jovens como o Aquaplace, e contou com cerca de 600 visitantes, integrando atividades na área das finanças pessoais mediante de jogos, simulações e da manipulação do dinheiro. Em paralelo, na Escola Secundária da Trofa foi também organizada uma conferência sobre literacia financeira. O segundo âmbito de ações para garantir um aumento da qualidade deliberativa e a expansão da participação no OPJ desembocou na organização de um curso de formação para professores chamado “Educação para a Participação Cidadã”, que contou com 27 formandos de diferentes escolas da Trofa (aos quais se somaram alguns funcionários e colaboradores do Município de Trofa) e decorreu nos meses de março e abril de 2012, recolhendo uma avaliação muito positiva (4,8 de média num total de 5) pelos formandos. Organizado pelo grupo de

consultores do Centro de Estudos Sociais de Coimbra (no âmbito do projeto “OPtar”), em conjunto com a Câmara da Trofa, a Associação In-Loce e o Centro de Formação de Associação de Escolas de Maia e Trofa (centro de formação de professores), o curso visou a proporcionar mais motivações para os professores serem parte ativa do OPJ e mobilizar turmas de alunos e jovens no próprio âmbito de trabalho e vida quotidiana, mas também quis oferecer uma formação prática sobre técnicas de debates sobre orçamento. Contando também com a participação de convidados internacionais, como o pedagogo catalão Cezar Muñoz, criador do método da “pedagogia da vida quotidiana” e consultor de alguns dos maiores Orçamentos Participativos Jovens do Brasil e da Europa (entre eles Sevilha, São Paulo e Fortaleza), o percurso de formação revelou-se uma surpresa inesperada para todos os atores envolvidos, tornando-se um espaço de “aprendizagem mútua” capaz de dar novo impulso e entusiasmo aos organizadores e participantes da última fase do Orçamento Participativo. O curso funcionou como um verdadeiro “multiplicador” da qualidade do produto como da qualidade do processo, e até metodologicamente desencadeou algumas “simulações”, que os professores julgaram úteis para discutir com as próprias turmas escolares os desafios da democracia participativa. Um dos segredos para o bom arranque do curso foi, sem dúvida, o facto de ter sido concebido como um curso certificado em conjunto com o Conselho da Formação Contínua de Professores, que permitia a obtenção de um crédito por parte dos participantes, crédito este importante para o respetivo processo de avaliação, conforme o previsto no regime de avaliação dos docentes, em contrapartida do empenho destes na dinamização dos percursos participativo. O Município da Trofa pareceu dar muita importância a este evento, pois a Presidente da Câmara quis estar presente na abertura do curso “para dar a cara, entusiasta, da instituição num evento em que acreditamos profundamente”, conforme afirmou.

Vale a pena frisar que a equipe conjunta do GATOP e do Centro de Estudos Sociais trabalham para que estas transformações, assim como a própria vontade política de avaliar constantemente e redirecionar o OPJ, fossem conhecidas e apreciadas também fora do território municipal. Neste sentido, houve um importante reconhecimento internacional oferecido pela Associação de Municípios da Suécia (SALAR/SKL) à capacidade transformadora da experiência de OPJ da Trofa, que resultou num convite à Presidenta da Câmara para discutir em Estocolmo o processo frente a uma plateia de autarcas e técnico suecos e noruegueses, empenhados na experimentação de Orçamentos Participativos. O evento – que decorreu a 11 de outubro de 2011 – resultou, de um lado, no reforço da vontade política que suporta a experiência trofense, do outro ofereceu aos administradores suecos uma oportunidade de conhecerem uma experiência que – embora no âmbito de um empenho reduzido em termos

de valores econômicos – dirige muita atenção na capacidade “autocorretiva”, ou seja, no constante redirecionamento do percurso com base numa avaliação, cuidadosa e coletiva, da performance de cada ano.

A escrita deste artigo acontece sem que ainda a avaliação do segundo ano do OPJ tenha tido lugar, mas alguns resultados qualitativos e quantitativos das evoluções do primeiro biênio aparecem já bastante claros para ler as direções em que o processo poderá evoluir para 2013. Vale a pena realçar o fato de que, no conjunto das medidas adotadas, permanecem ambiguidades quanto à leitura de resultados, dado que nem todas as transformações imaginadas produziram os efeitos esperados. Por exemplo, pelo que diz respeito a medidas ineficazes, o concurso relacionado ao “Premio Memória” não deu certo, sendo divulgado muito tarde e não podendo chegar (por incompatibilidades temporais) a gerar produtos a tempo para o “Democracine 2012” (que aconteceu 15 dias depois do fecho do OPJ 2012). Também, a Câmara tinha previsto para o final de março de 2012 uma semana de “Festa da Cidadania” – útil a pôr no centro o OPJ como instrumento articulador de debates e formações sobre o empenho cívico, a solidariedade e a cidadania - mas os cortes da última hora aos financiamentos nacionais tornaram impossível este evento. Se ainda não resultam claramente avaliáveis os efeitos positivos de disseminação gerados pelas novas formas de publicidade do OPJ, nem a desconfiança eventualmente gerada pelos atrasos na realização das obras, é evidente que o curso de formação certificado para professores teve um papel aglutinador e multiplicador muito sólido: indicadores desta capacidade são o facto de que as propostas vencedoras do ano 2012 (o projeto de skatepark chamado “Skateland”, que ganhou 358 votos, e o programa “O desporto à escola e da escola ao desporto”, que recolheu 750 pontos) foram elaboradas em ligação com docentes que integraram o curso “Educação para a Participação”, e no âmbito desse evento construíram muitas das estratégias de ação coletivas que lhe permitiram de vencer.

A 2.^a Assembleia Municipal Jovem da Trofa, que ocorreu no salão nobre dos Bombeiros da Trofa a 26 de maio de 2012, foi sem dúvida um grande sucesso, bem além dos objetivos mínimos que o GATOP e o Executivo da Trofa tinham estabelecido (apresentação no mínimo de dez projetos e participação de pelo menos 150 votantes) dado que contou com três projetos de âmbito escolar e 12 projetos de âmbito geral em votação, e com a presença de 230 jovens (um aumento de 600% em relação ao 2011) e dois hóspedes internacionais peritos em processos de Orçamento Participativo a assistir ao evento sem qualquer custo para a administração trofense⁸. A qualidade média dos 15 projetos apresentados demonstrou-se mais elevada do que no ano anterior, embora a Câmara não tenha conseguido uniformizar os tempos das apresentações para

8 Os hóspedes foram Julien Talpin (autor de textos importantes sobre o OP dos Lices do Poitou Charentes na França) e Patricia Garcia Leiva, psicóloga espanhola.

evitar que a diluição muito ampla dos tempos da assembleia não prejudicasse a “igualdade de oportunidades” de todas as propostas apresentadas. E o método de votação – com voto múltiplo – apareceu a todos mais satisfatório, revelando interessantes estratégias de “distribuição dos votos” (também nos projetos menores ou menos desenvolvidos) que merecem de ser analisadas em detalhe no próximo futuro.

A direção deste crescimento quali-quantitativo aponta para a necessidade de uma reflexão metodológica séria na preparação do OPJ 2013, especialmente em três direções: (1) um agendamento mais cuidadoso dos prazos das diferentes atividades que compõem não apenas o ciclo do OPJ, mas também a crescente série de projetos satélites de âmbito educativo/formativo e festivo, para evitar sobreposições ou descoordenações e otimizar os resultados do empenho de jovens, famílias e professores, assim canalizando-os para um reforço do OPJ; (2) revisar o regulamento e os prazos das diferentes etapas do OPJ para adequá-los ainda mais e de modo mais coordenado ao calendário escolar, evitando ter que aprovar atos públicos urgentes de modificação do calendário como aconteceu em 2012⁹; (3) coordenar com maior rigor prazos e modalidades de realização das propostas do ano anterior, para que a sua rapidez possa retroagir positivamente na “confiança” dos participantes em relação ao processo participativo e à sua incidência na realidade; (4) a revisão de alguns procedimentos de avaliação, filtragem e afunilamento das propostas, para aumentar a qualidade e reduzir a possível redundância na fase de votação, sem obrigar a um duplo turno de votação, como esteve para acontecer em 2012¹⁰.

De facto, estas reflexões são muito importantes para evitar que a quantidade de propostas e participantes afete o crescimento da qualidade deliberativa do processo, no caso de se manterem os padrões de crescimento registados entre 2011 e 2012. Neste sentido, necessitar-se-ia compreender melhor quais as dinâmicas que fizeram com que o número dos participantes presentes à assembleia final de votação não ultrapassasse 35% dos 650 que se tinham formalmente inscrito para participar, porque, se as razões desta diferença entre inscritos e participantes fossem eliminadas no próximo ano (por exemplo mediante uma realização mais rápida das obras vencedoras de 2012, ou de uma organização mais atrativa da assembleia, em forma de festa culinária ou de concerto), poderia haver a necessidade de a Câmara ter de gerir um evento enorme, cuja metodologia necessitaria de ser adequada ao número de participantes e ao tempo da correta apresentação e votação de todas as propostas. Também, para o futuro, seria útil reforçar a colaboração entre o OPJ e outros institutos participativos ou de planeamento das escolhas para o território (como aconteceu este ano na assembleia final com o Conselho da Juventude), para que o Orçamento Participativo fosse gradualmente

9 Em 2012 o GATOP teve que sugerir ao Executivo de modificar as datas oficiais previstas no Regulamento do OPJ relativamente aos prazos de apresentação das propostas e da inscrição dos participantes na assembleia final, que tiveram de ser alteradas devido às dificuldades em arrancar com o curso “Educação para a Participação Cidadã”.

10 No prazo final de 2012, o GATOP recebeu mais propostas do que as previstas. Nos termos do Regulamento uma vez que haviam sido apresentadas mais de 10, tal implicava a realização de “turno duplo de votações” (previsto no mesmo). Contudo, através de uma filtragem intermédia que convenceu projetos parecidos a se fundirem para irem diretamente a votos na assembleia final e de uma alteração do Regulamento, tal foi evitado.

aproximando a sua atuação ao mundo dos adultos que até agora – excluindo vários professores e algumas associações de pais – ficou muito afastada do processo. Sem dúvida, o ambicioso objetivo de abrir o OPJ a uma população externa ao mundo escolar (ampliando a idade para apresentar propostas e votar até aos 30 anos) foi uma escolha corajosa para aproximar gradualmente o OP a todos os municípios. Ela evidenciou, no entanto, a necessidade de pôr em prática diferentes estratégias de divulgação e envolvimento no OPJ para públicos diferenciados que podem ser tratados pela categoria “juventude”. Inclusive, em 2012 pareceu emergir (por parte de professores que ensinam nos primeiros anos de escola básica) a demanda de esticar o limite mínimo de dez anos de idade para mais cedo, abrindo espaços de cidadania ativa para os mais jovens, que em 2012 tiveram que se apoiar (por exemplo, para a aprovação do projeto “Skateland”) em colegas de idade maior, para poderem ver a própria proposta ser apresentada e financiada.

Também vale a pena fazer uma reflexão sobre o montante de recursos envolvidos no OPJ, quer para a realização das propostas apresentadas, quer para a divulgação do processo (esta última não é formalmente conhecida em detalhe, dado que utiliza principalmente recursos internos no âmbito do serviço de informação de projetos da Câmara). De facto – conforme demonstram outras cidades portuguesas e estrangeiras – o crescimento e o enraizamento progressivo de um percurso participativo ensejam naturalmente expectativas dos habitantes para uma ampliação das possibilidades de investimento cuja discussão e decisão sejam transferidas para as mãos dos habitantes. Em razão da crise financeira que vai atingindo as finanças dos municípios portugueses, qual é a melhor estratégia para encarar estas expectativas? Manter inalterado o montante de recursos (no caso da Trofa 20.000 euros) pode gerar frustrações e desafeição para com o processo? E, caso o quantitativo seja mantido inalterado, ainda faz sentido separar a quota de fundos para investimentos escolares e gerais, uma vez que a maioria das turmas escolares em 2012 trabalham em propostas que não visam investimentos de âmbito escolar, mas para atrair os fundos (quantitativamente maiores) ligados a propostas para o território municipal¹¹? Nesta perspectiva, é possível imaginar para o futuro formas de repartição diferentes dos montante-prêmio, ou até a previsão de um montante máximo total que não tenha limitação de número de projetos que passam ser financiados, a exceção da regra que o somatório deles não supere um valor máximo estabelecido pela Câmara?

Este último tema torna-se, sem dúvida, crucial depois do sucesso de 2012, para interpretar, enfrentar e resolver algumas ambivalências emergidas no último ciclo do OPJ. Tanto mais que se mantém o objetivo da administração da Trofa de gradualmente encarar o Orçamento Participativo como um

11 No artigo 8 de Regulamento se previa esta subdivisão para “o primeiro ano” da experiência. É portanto possível e necessário rever esta hipótese a distância de dois anos.

instrumento para partilhar decisões com a população toda do Concelho. Se este objetivo ainda se mantém, poderá ser um gesto político importante começar a apostar de modo mais significativo no OPJ de 2013 (que, merece realce, é também um ano eleitoral para as instituições locais), mostrando que o crescimento da qualidade e o enraizamento revelado entre o primeiro e o segundo ano merecem ser reconhecidos e premiados. Isto quer principalmente dizer investir numa reestruturação do OPJ que lhe permita deixar de ser uma “política setorial” para a juventude e tornar-se um dos importantes espaços articuladores de um novo diálogo entre instituições e cidadãos, para discutir e decidir em conjunto medidas que ajudem a aumentar a qualidade de vida da Trofa e a gerir de forma diferente os escassos recursos públicos, mesmo num momento de dificuldade para a autarquia e a situação do País como um todo.

Para reforçar estas reflexões, o próximo parágrafo expressa alguns dos resultados emergentes do acompanhamento feito – por meio de questionários em fases diferentes do percurso de OPJ – das expectativas, ansiedades e visões dos próprios participantes sobre o processo participativo e o território em que se insere.

Os dados da participação dos jovens em Trofa: análise dos questionários

Tal como referido, nos dois ciclos de OPJ do Concelho da Trofa houve lugar para a recolha de dados junto aos participantes. O instrumento de recolha de dados era constituído por um inquérito estruturado, anónimo, com perguntas fechadas e abertas, com o objetivo de melhor conhecer as práticas de participação, conhecimento sobre elementos vários e a opinião a cerca de um determinado conjunto de variáveis ou conceitos. O objetivo subjacente foi, antes de mais, a melhoria do dispositivo, o aprofundamento do conhecimento sobre o processo, mas ainda a promoção de comparações dos dados recolhidos ao longo do funcionamento do OPJ neste Município, para possibilitar-se a melhoria contínua do dispositivo implementado¹². Nas duas edições, o universo foi dado por jovens em idade escolar que residentes no Município da Trofa, que frequentavam alguma das escolas do Concelho e que se encontravam participando de uma das iniciativas promovidas pelo OPJ. Pelos resultados obtidos, se poderá desde logo, inferir que o OPJ poderá constituir um importante laboratório de informação e aproximação dos cidadãos mais jovens à atividade política.

Os questionários utilizados nos dois ciclos de OPJ variaram consideravelmente. No primeiro ciclo, existiu ampla margem por parte dos membros do GATOP

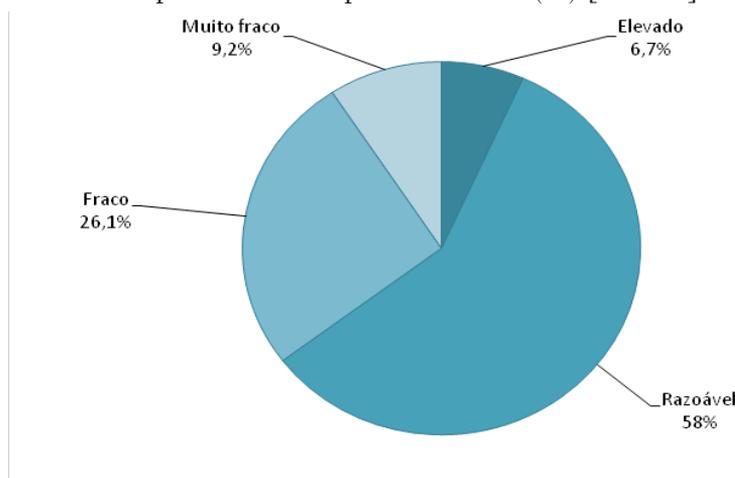
12 Não se pretende neste artigo uma exploração exaustiva dos dados, antes efetuar uma descrição do trabalho conduzido, apresentar algumas das questões utilizadas, descrever os problemas enfrentados e as estratégias operacionalizadas para se contornar os entraves observados.

para definição das questões a utilizar, não havendo interferência por parte da equipa de parceiros do CES. Tal se revelou importante fonte de aprendizagem em dois níveis distintos. Por um lado, porque ficou evidenciado que é essencial o respeito pelos preceitos metodológicos sob pena de invalidarem a recolha de dados e a obtenção de informação útil. Por outro, porque algumas das expectativas (ou até visões estereotipadas) que existiam no seio da equipa do GATOP sob as eventuais respostas fornecidas pelos jovens não se confirmaram e terão surgido até casos surpreendentes. De outra forma, apesar da dimensão reduzida do grupo de respondentes considerado, e que derivou dos condicionalismos associados ao primeiro ciclo de OPJ, nalgumas esferas, o nível de conhecimento evidenciado foi melhor do que o esperado. Isso permitiu amplo debate e abordagem muito diferente para o segundo ciclo, uma vez que o GATOP deu conta da necessidade de apoio por parte do parceiro na iniciativa e esta foi uma forma importante de aprendizagem que legitimou, de certa forma, o papel dos parceiros do CES. De referir, também, que ambos os ciclos contemplaram o recurso ao mesmo modelo de questionário em momentos diferentes para a definição de subamostras que permitissem o estabelecimento de comparações adicionais.

A análise dos questionários aplicados no primeiro ciclo tem de ser feita à luz das limitações observadas e já amplamente apresentadas neste artigo. Os diferentes constrangimentos implicaram, desde logo, problemas ao nível da cobertura e da representatividade, sendo que o próprio ciclo de OPJ não conseguiu uma participação significativa. Este foi sobretudo um momento de teste. Como tal, a leitura dos resultados deve ficar estritamente confinada ao reduzido grupo de respondentes considerado, sendo que este ciclo, e tal como foi já enunciado, não conseguiu atingir um nível de participação alargado. De referir, também, que foram detectados enviesamentos em muitas das respostas obtidas. Na prática, observaram-se situações em que nas respostas fornecidas a questões de tipo aberto, havia um decalque dessas entre grupos de participantes. Isso constituiu um dos motivos pelos quais ficou patente que, se visava a conferir às escolas um papel central em termos de colaboração com o OPJ, seria necessário habilitar os professores e os diretores de turma para a correta distribuição dos questionários, alertando-os para elementos sensíveis que deveriam ser respeitados quando do seu preenchimento por parte dos alunos. Daí que, compreensivelmente, um dos módulos de formação do curso de professores que decorreu no ciclo atual versam os aspectos metodológicos subjacentes à utilização do inquérito por questionário. Os professores que frequentaram o curso foram preparados para agirem como inquiridores e não como elementos capazes de influenciar ou predeterminar as respostas dos seus alunos, algo compreensível se pensar que as propostas avançadas podem visar à melhoria das escolas a que pertencem os alunos participantes.

Pediu-se, assim, ao grupo de jovens considerado para classificar o nível de participação destes na vida política concelhia. A maioria revelou que o nível de participação será apenas razoável (58%). Somando-se, contudo, os respondentes que deram conta de uma fraca participação (26,1%) ou um nível muito fraco de participação (9,2%), fica expresso que a participação na vida política é reconhecidamente baixa e existe a oportunidade de a melhorar. Apenas 6,7% dos respondentes indicaram que o nível de participação dos jovens é elevado, conforme pode ser lido no gráfico que se segue.

Gráfico 1: Classificação do grau de participação dos jovens na vida política municipais concelhia (%) [n=119]



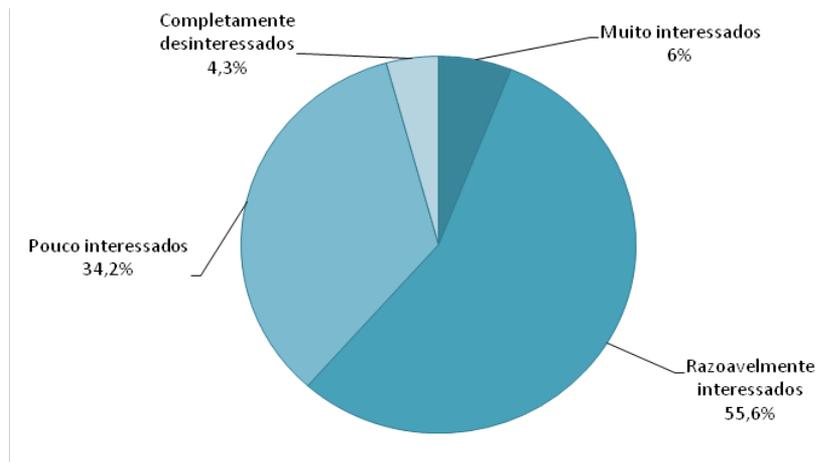
Fonte: Pesquisa direta

Se são os próprios jovens a declarar que os níveis de participação pública não serão mais do que razoáveis apenas entre este grupo, para a melhoria de um processo de OPJ, será importante tentar perceber de que forma se poderá aumentar as contribuições deste grupo na vida coletiva do Concelho. Com efeito, as respostas obtidas seguiram direções complementares. Alguns dos respondentes indicaram, assim, ser necessária a promoção de mais assembleias e iniciativas similares ao OPJ. Numa lógica de aproximação aos agentes políticos, vários jovens pedem, também, um maior e sobretudo mais regular contato direto com estes. Fica relativamente patente nas respostas conferidas a noção de que um diálogo de maior proximidade com estes jovens permitirá superar certas barreiras e estimular o envolvimento de todos. Nesse particular, a formalidade de algumas iniciativas funcionará como entrave à participação. Alguns jovens solicitaram, também, maior divulgação destas iniciativas através de vários canais, incluindo as redes sociais, aspectos que estejam ligados à vida do Conselho. Indicam, também, a importância da existência de espaços onde possam veicular as suas opiniões e, como referem, serem ouvidos, sem que para tal sugiram incentivos. Pretendem,

ainda, como uma maior disseminação de projetos onde se possam inserir e sobretudo fóruns em que possam debater as suas ideias. Em nenhum momento pode ser lida uma rejeição ao OPJ, pelo que esta ferramenta pode ser um facilitador na agregação das intenções aqui expressas pelos mais jovens residentes do Município da Trofa.

A autoavaliação do interesse pelos problemas e questões públicas do Concelho é algo crítica, pelo que, novamente, fica subjacente a possibilidade de fomentar-se a participação cidadã por parte dos mais jovens. Nesse sentido, e atentando para os resultados obtidos, para 55,6%, existe um interesse razoável, mas 34,2% revelaram pouco interesse e 4,3% estão completamente desinteressados por tais matérias. Apenas 6% dão conta de muito interesse por estas questões entre os jovens.

Gráfico 2: Avaliação do interesse dos jovens pelos problemas e questões públicas concelhias (%) [n=119]



Fonte: Pesquisa direta

Em linha com a questão apresentada anteriormente, procurou-se perceber o nível de acompanhamento da vida política do Conselho evidenciado por estes respondentes. Confirmou-se, desta forma, a existência de muitos jovens que indicam não ter qualquer interesse pelos aspectos de política local. Do lado dos que assumem interesse por estas questões, eles observaram 43,2% do total das frequências, 9,3% das quais relativas a jovens que assinalaram muito interesse por tais matérias. A maioria - os restantes 56,8% dos respondentes - revelou não efetuar qualquer acompanhamento da vida política do Conselho. Desses, 18,6% referem que os responsáveis não valorizam a crítica dos jovens, 17,8% referem que esse é um assunto do foro dos políticos, 14,4% admitem ter outras preocupações e, finalmente, 5,9% referem não ter qualquer interesse na realização desse acompanhamento.

Gráfico 3: Avaliação do nível de interesse pela vida política municipais (%) [n=119]



Fonte: Pesquisa direta

Também se procurou testar quais as representações da classe política manifestadas por estes jovens. Assim, de acordo com os resultados, se poderá dizer que essas representações não são, na sua maioria, positivas. De facto, 37,9% referem que os políticos não são sérios e não se preocupam com o bem comum. Para 31%, os políticos são todos essencialmente corruptos. Já 15,5% se revelaram sem qualquer opinião sobre o assunto. No outro extremo, observaram-se 12,1% de respondentes que afirmaram que os políticos, na sua maioria, são pessoas sérias e zelosas, seguindo-se 3,4% que referem que todos os políticos são pessoas sérias e devotos de serviços à comunidade.

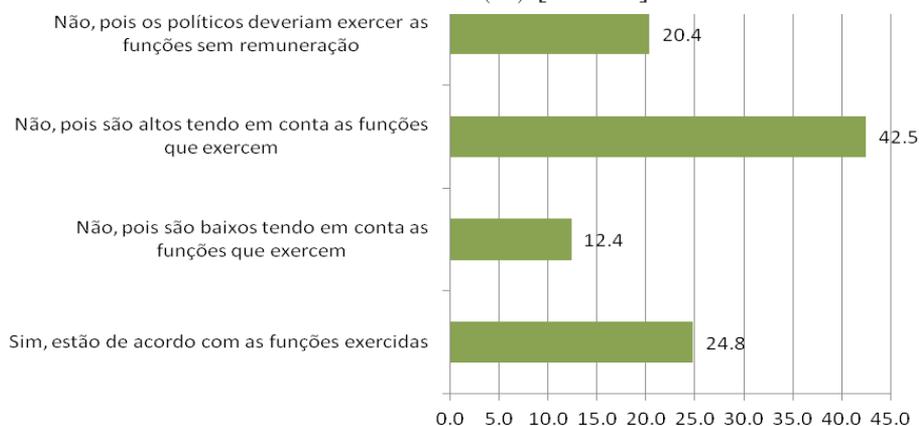
Gráfico 4: Opinião sobre a acusação de os autarcas serem pessoas pouco honestas e apenas preocupados com os seus interesses (%) [n=119]



Fonte: Pesquisa direta

Houve, seguidamente, a tentativa de aprofundar e testar as representações dos mais jovens sobre o tema dos vencimentos dos autarcas. A maioria dos respondentes indicou que os vencimentos dos autarcas são altos, tendo em conta as funções que exercem (42,5%) ou deveriam até exercer funções sem obter qualquer remuneração (20,4%):

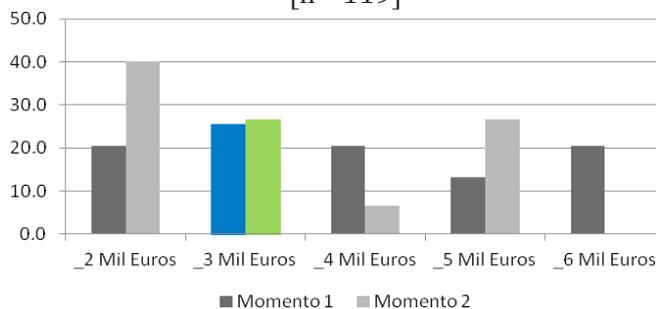
Gráfico 5: Acordo quanto o nível de rendimentos auferidos pelos autarcas do Concelho (%) [n=119]



Fonte: Pesquisa direta

A importância relativa desta questão, contudo, surge quando cruzada com uma outra questão em que se pediu aos jovens para indicarem o vencimento da presidente da Autarquia com base em um conjunto de cinco possibilidades diferentes. Mediante os resultados, é possível constatar que, em ambos os momentos, sensivelmente apenas um quarto dos respondentes foi capaz de identificar corretamente o valor do vencimento mensal do presidente duma autarquia em Portugal. Ainda, porém, que a maioria não saiba indicar o valor exato do vencimento de um autarca, não deixa, todavia, de ser expressa uma opinião sobre o ajustamento dos vencimentos dos autarcas às tarefas que desempenham – este é, pois, um indicador sobre as representações detidas pelos jovens inquiridos sobre a classe política.

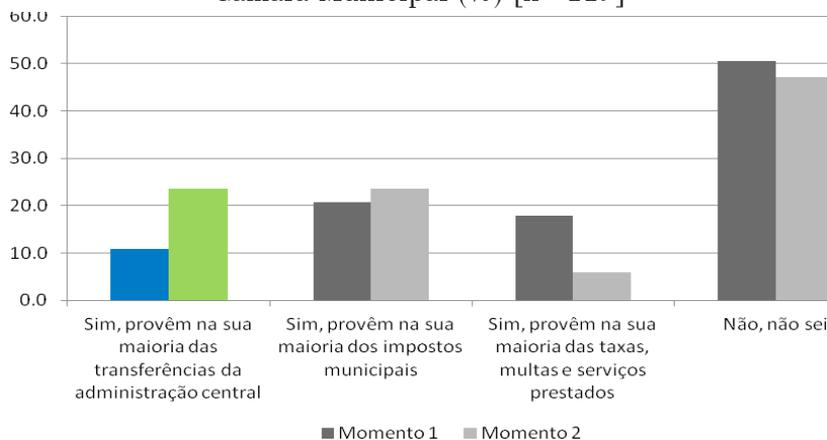
Gráfico 6: Qual o vencimento mensal de um autarca em Portugal? (%) [n=119]



Fonte: Pesquisa direta

Como foi possível verificar na variável anterior, a maioria do grupo total de respondentes não conseguiu indicar, com acerto, a principal proveniência dos meios financeiros da autarquia. Nos dois momentos considerados, as respostas acertadas foram manifestamente baixas.

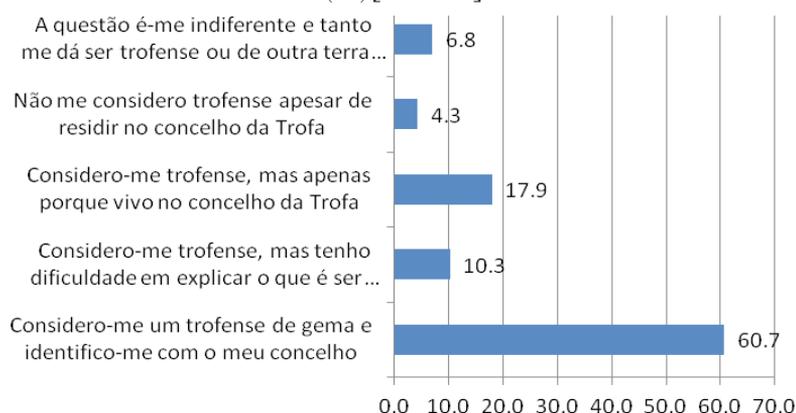
Gráfico 7: Indicação da principal fonte de receitas do orçamento da Câmara Municipal (%) [n=119]



Fonte: Pesquisa direta

Os dados relativos à pertença e à identificação com o Concelho da Trofa são importantes. De facto, entre o grupo de jovens inquirido se poderá dizer que existe um elevado nível de pertença ao espaço do Concelho da Trofa. Repare que 60,7% dizem-se ser “trofense de gema” e identificam-se com o Concelho, sendo que mais 17,9% se consideram trofenses pelo facto de residirem no Concelho e mais 10,3% consideram-se trofenses, ainda que não consigam explicar o que significa ser trofense. A não identificação com o Concelho da Trofa representou apenas 11,1% das frequências nas duas hipóteses consideradas.

Gráfico 8: Avaliação do sentimento de pertença ao Concelho da Trofa (%) [n=119]



Fonte: Pesquisa direta

Para a segunda edição do OPJ, foi elaborado um novo modelo de questionário. Este inseriu-se num trabalho mais alargado, envolvendo outros municípios portugueses com iniciativas de OPJ, nomeadamente São Brás de Alportel, no Algarve. Tal tarefa implicou um cuidado adicional no desenho do questionário, desde logo para dar conta da diversidade existente nos casos de estudo (e.g., ajuste da linguagem para utilização de grupos etários mais jovens), com a preocupação de garantir, ao máximo, a comparabilidade dos dados. No geral, as questões eram iguais nos diferentes questionários, mas naturalmente algumas tiveram de ser ajustadas às características específicas dos processos participativos em questão (e.g., avaliação do regulamento). Das discussões que emergiram durante o ciclo anterior, ficou assinalada a eventual utilidade de condução de um grupo de discussão com alguns dos jovens que participaram nesse ciclo, a fim de recolher indicações adicionais para melhoria do processo. A tarefa foi operacionalizada durante o segundo ciclo por parte da equipa do GATOP.

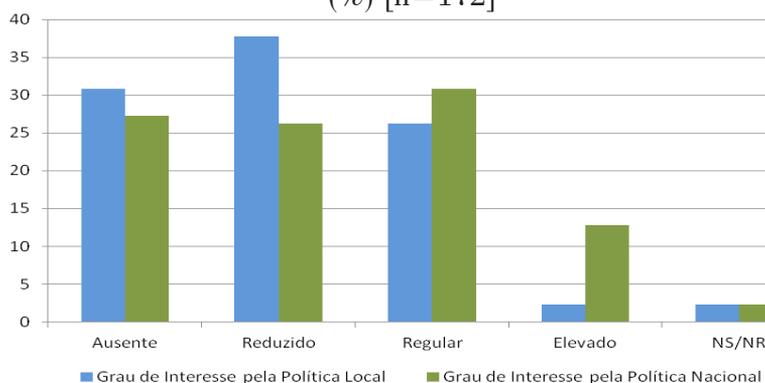
No Município da Trofa, houve lugar para a utilização de dois questionários distintos em duas fases diferentes deste ciclo de OPJ¹³, num novo teste de resultados. Na base deste questionário, esteve sobretudo um modelo proposto pelo *Instituto de Estudos Sociales Avanzados* (IESA). Tal questionário visou, desde logo, a medir elementos para lá da própria avaliação do ciclo de OPJ, incluindo, por exemplo, quais as fontes de informação sobre a iniciativa utilizadas pelos participantes. Foram, assim, aludidos conceitos como confiança nas instituições políticas de nível local e nacional, ou práticas de participação e associativismo dos respondentes, entre outros. O objetivo é, desde logo, a obtenção de dados que sejam enquadráveis com outros trabalhos que tenham aludido a tais questões também. Neste questionário, houve o recurso a um conjunto de escalas para classificação de vários dos itens, tendo sido ainda utilizado o maior número possível de questões fechadas. Não havendo, de facto, um modelo de questionário predeterminado, estas foram as opções que resultaram da discussão encetada e da aprendizagem determinada pelo ciclo anterior. Houve, naturalmente, lugar para uma fase de pré-teste antes do fecho do questionário. Outra das preocupações existentes foi a de não exibir logótipos ou elementos identificativos outros da autarquia no corpo do questionário. De facto, este foi mostrado como elemento de uma avaliação externa do processo de OPJ, novamente com o intuito primeiro de condicionar o menos possível as respostas dos participantes.

13 Ao contrário do que sucedera no ciclo anterior, em que o mesmo questionário foi utilizado em momentos diferentes. O objetivo passou pela introdução de algumas questões adicionais com origem num tronco comum de questões, para se tentar perceber até que ponto a participação no ciclo de OPJ teria conferido aos participantes novos conhecimentos sobre as práticas participativas.

Tentou-se perceber o grau de interesse pela política e nacional dos respondentes. A hipótese subjacente a esta questão é a de que os participantes no OPJ são jovens politicamente interessados e politicamente ativos. Pelos resultados, podemos verificar que a política nacional é ligeiramente mais interessante para a maioria. Em ambos os casos, contudo, é preciso destacar o fato de que, no total, mais de 50% dos respondentes revelam um interesse

ausente ou reduzido pela política nos dois níveis considerados. No caso da política local, estas duas opções representam 70,2% dos casos, o que evidencia a pouca relevância atribuída por estes respondentes às questões de política concelhia. Estes dados, contudo, podem ser lidos de forma oposta. Nesse sentido, pode-se afirmar que este OPJ terá sido capaz de mobilizar jovens para a participação no projeto que não estabelecem um engajamento político regular ou pelo menos revelam pouco interesse pelo temática.

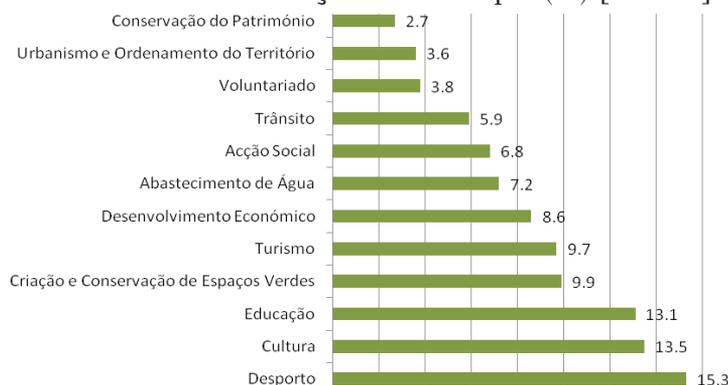
Gráfico 9: Grau de interesse pela política local e pela política nacional (%) [n=172]



Fonte: Pesquisa direta

Um padrão recorrente neste tipo de iniciativas é dado pelo facto de a maioria de propostas apresentadas pelos participantes ser de índole material, mormente relativas à construção de equipamentos ou outros dispositivos. Nesse sentido e à semelhança do que acontece com vários OPs tradicionais em Portugal, questionou-se os participantes quanto a um conjunto de áreas de intervenção possíveis no seio do OPJ; uma questão permite apreender áreas tidas como prioritárias por parte dos participantes. Estes podiam sugerir até três hipóteses de um total de doze possíveis. No total, foram reunidas 444 respostas válidas. A distribuição foi a seguinte.

Gráfico 10: Áreas de ação do município (%) [n=172]



Fonte: Pesquisa direta

Tal como referido, no segundo ciclo, houve lugar para a utilização de um conjunto alargado de escalas nos questionários. Pelo quadro seguinte, poder-se-á, por exemplo, confirmar que a avaliação do significado pessoal do OPJ para os participantes é bastante positivo. Emerge, por exemplo, a mensagem de que será necessária a melhoria dos critérios de transparência na gestão do Município.

Tabela 1: Classificação do significado pessoal do OPJ

Questão	Escala	Válidas/ NS-NR	Desvio Padrão	Média	Coefficiente de Variação
Maior clareza na gestão municipal	[0=“Total Desacordo”; 10=“Total Acordo”]	153/19	5,69	2,53	0,44
Possibilidade de influenciar as prioridades de investimento municipal	[0=“Total Desacordo”; 10=“Total Acordo”]	159/22	6,46	2,41	0,37
Maior eficácia na gestão municipal	[0=“Total Desacordo”; 10=“Total Acordo”]	156/16	6,31	2,6	0,41
Possibilidade de expor os problemas que afectam as pessoas	[0=“Total Desacordo”; 10=“Total Acordo”]	158/14	6,83	2,51	0,37
Possibilidade de contacto directo com os responsáveis da Câmara Municipal	[0=“Total Desacordo”; 10=“Total Acordo”]	157/15	6,39	2,57	0,40
Possibilidade de participação nas decisões da Câmara Municipal	[0=“Total Desacordo”; 10=“Total Acordo”]	150/22	6,41	2,76	0,43
É um processo que permite melhor perceber o funcionamento da Câmara Municipal	[0=“Total Desacordo”; 10=“Total Acordo”]	155/17	6,45	2,56	0,40
É um processo com pouca utilidade	[0=“Total Desacordo”; 10=“Total Acordo”]	149/23	3,19	3,11	0,97

Fonte: Pesquisa directa

Quando inquiridos sobre a opinião pessoal quanto ao OPJ, novamente este grupo de respondentes classificou de forma bastante positiva a generalidade das questões propostas. Com efeito, para os que tomam parte das atividades, o OPJ é lido como um instrumento válido. Importará, desde logo, incrementar a sua cobertura.

Tabela 2: Opinião sobre o OPJ

Questão	Escala	Válidas/ NS-NR	Desvio Padrão	Média	Coefficiente de Variação
Acredito que a Câmara Municipal realizará os projectos aprovados	[0=“Total Desacordo”; 10=“Total Acordo”]	165/7	6,22	2,99	0,48
Os prazos definidos no OPJ serão cumpridos	[0=“Total Desacordo”; 10=“Total Acordo”]	163/9	6,19	2,73	0,44
Acho que o OPJ da Trofa é um processo transparente e aberto	[0=“Total Desacordo”; 10=“Total Acordo”]	164/8	6,98	2,47	0,35
O funcionamento do OPJ é claro e as suas regras conhecidas	[0=“Total Desacordo”; 10=“Total Acordo”]	158/14	6,92	2,36	0,34
O OPJ contribui positivamente para o desenvolvimento da Trofa	[0=“Total Desacordo”; 10=“Total Acordo”]	161/11	7,09	2,39	0,34
O OPJ dá visibilidade à capacidade de inovação da autarquia	[0=“Total Desacordo”; 10=“Total Acordo”]	155/17	6,9	2,34	0,34
O OPJ é uma ferramenta de divulgação de iniciativas da Trofa	[0=“Total Desacordo”; 10=“Total Acordo”]	163/9	7,04	2,07	0,29
O OPJ é um espaço de dinamização das actividades desenvolvidas nas escolas do concelho	[0=“Total Desacordo”; 10=“Total Acordo”]	159/13	7,02	2,22	0,32

Fonte: Pesquisa direta

Quando as questões remeteram para fatores de participação e associativismo, as médias obtidas foram significativamente mais baixas. Repare-se que os desvios observados relativamente à média são, também, mais significativos. Este grupo é, desde logo, útil para atestar a qualidade das respostas anteriores. Repare-se que todas as hipóteses propostas obtiveram valores bastante abaixo da média.

Tabela 3: Frequência de realização de certas atividades

Questão	Escala	Válidas/ NS-NR	Desvio Padrão	Média	Coefficiente de Variação
Lê as secções de política dos jornais?	[0=“Nada Frequente”; 10=“Muito Frequente”]	168/4	4,32	3,24	0,75
Visualiza programas de debate ou informação política na televisão	[0=“Nada Frequente”; 10=“Muito Frequente”]	169/3	4,45	3,4	0,76
Comenta ou discute política com outras pessoas	[0=“Nada Frequente”; 10=“Muito Frequente”]	168/4	4,25	3,33	0,78
Trabalha em conjunto com outras pessoas para resolver problemas locais	[0=“Nada Frequente”; 10=“Muito Frequente”]	170/2	3,48	2,8	0,8
Participa em manifestações	[0=“Nada Frequente”; 10=“Muito Frequente”]	165/7	2,22	2,91	1,31
Pratica acções de voluntariado	[0=“Nada Frequente”; 10=“Muito Frequente”]	169/3	3,77	3,1	0,82
Reclama, através dos canais apropriados, junto das autoridades locais quando encontra um problema	[0=“Nada Frequente”; 10=“Muito Frequente”]	164/8	2,8	2,96	1,06

Fonte: Pesquisa direta

Quando aferidos os níveis de confiança nas instituições, sobressai uma mensagem de ausência de níveis reduzidos quanto às instituições políticas, seja ao nível local, seja ao nível nacional. Estes dados estão, aliás, em linha

com os obtidos noutros inquéritos realizados junto de painéis mais alargados e a mensagem obtida assenta, desde logo, na ideia de que o poder local precisa melhorar os fatores de confiança. Repare-se que apenas três grupos de instituições se posicionam acima da média quanto ao critério da confiança: as forças da ordem, os bombeiros e proteção civil e a Igreja:

Tabela 4: Nível de confiança pessoal nas instituições

Questão	Escala	Válidas/ NS-NR	Desvio Padrão	Média	Coefficiente de Variação
Confiança Administração Local (i.e. juntas de freguesia e autarquias)	[0=“Nenhuma Confiança”; 10=“Total Confiança”]	156/16	4,58	2,48	0,54
Confiança Administração Central	[0=“Nenhuma Confiança”; 10=“Total Confiança”]	155/17	4,18	2,36	0,56
Confiança Partidos Políticos	[0=“Nenhuma Confiança”; 10=“Total Confiança”]	156/16	4,33	2,55	0,59
Confiança Parlamento Nacional	[0=“Nenhuma Confiança”; 10=“Total Confiança”]	155/17	4,41	2,69	0,61
Confiança Governo	[0=“Nenhuma Confiança”; 10=“Total Confiança”]	157/15	4,19	2,82	0,67
Confiança Presidente da República	[0=“Nenhuma Confiança”; 10=“Total Confiança”]	159/13	4,69	2,87	0,61
Confiança Forças da Ordem (e.g. PSP, GNR)	[0=“Nenhuma Confiança”; 10=“Total Confiança”]	160/12	5,45	2,72	0,5
Confiança Bombeiros e Protecção Civil	[0=“Nenhuma Confiança”; 10=“Total Confiança”]	161/11	6,45	2,85	0,44
Confiança Sistema de Justiça	[0=“Nenhuma Confiança”; 10=“Total Confiança”]	156/16	4,69	2,63	0,56

Confiança Igreja	[0=“Nenhuma Confiança”; 10=“Total Confiança”]	157/15	5,96	3,0	0,5
Confiança Associativismo	[0=“Nenhuma Confiança”; 10=“Total Confiança”]	152/20	4,95	2,98	0,6

Fonte: Pesquisa direta

Algumas considerações finais

A experiência de Orçamento Participativo Jovem da Trofa – com os seus múltiplos objetivos e instrumentos metodológicos¹⁴ – é um bom termômetro da emergência e das transformações que vão marcando os Orçamentos Participativos europeus, e o modelo dos “OP atoriais” (ou de base atorial) em particular. Nesta perspectiva, o OPJ da Trofa é ao mesmo tempo um caso de *aurea medietas* (portanto convergente com muitas outras experiências médias) sem ser uma experimentação *mediocre*, dado que possui alguns caracteres invulgares que estão até contribuindo a uma modificação de outras práticas, em âmbito português e além dos limites nacionais.

O que aproxima o OPJ da Trofa com a média geral dos Orçamentos Participativos europeus é principalmente o facto de ser ainda uma experimentação marginal, que gere recursos limitados e configura-se como uma “política setorial” (neste caso, destinada a um público específico, ainda que o leque das idades às quais se dirige seja composto potencialmente de vários subpúblicos diferentes), ou seja sem chegar a ser um nó articulador de outras políticas de setor, para além de alguns âmbitos de intervenção predefinidos. De facto, embora o OPJ tenha sido na origem de uma reorganização parcial do funcionamento da máquina pública – tendo estimulado uma construção de uma coordenação intersectorial que põe em diálogo diferentes pelouros e os seus referentes políticos, até quase cobrir o leque do inteiro executivo – ele se mantém no marco de uma cultura política habituada a pensar as suas intervenções por setores e por alvos populacionais. Por exemplo, nenhum documento explicativo de apoio ao processo de OPJ foi produzido pela Câmara de Trofa que fosse além dos limites estabelecidos para a colocação do próprio processo no seio da atuação geral do município: assim que os regulamentos, as determinações camarárias e as comunicações produzidas sobre o OPJ para a imprensa nunca estabelecem relações de algum tipo, nem sequer fazem referência às questões económico-financeiras gerais do Município.

14 No Regulamento da Trofa de 2011 (art. 1) se realçavam explicitamente pelos menos três: 1) Promover o desenvolvimento pessoal e social dos jovens do concelho da Trofa no quadro de uma educação para a cidadania; 2) Aprofundar o diálogo entre os jovens e os eleitos municipais na procura das melhores políticas públicas municipais, adequando-as às necessidades e expectativas dos jovens; 3) Reforçar a qualidade da democracia concelhia, valorizando os processos participativos, a transparência nas decisões e a responsabilidade na prestação de contas.

Assim, a imagem do OPJ reforça-se como sendo uma política parcialmente “estranque” (pelos menos em termos de impactos financeiros e de gestão do território), sendo a única exceção a apresentação feita na Suécia pela presidenta da Câmara (2011), onde se tratou da situação financeira e orçamentaria do Município, para esclarecer alguns limites de concepção do próprio processo. Se calhar, é possível que tal característica esteja ligada a um outro elemento típico de muitos OP dedicados aos jovens, o facto de dar mais peso para a construção da cidade - como “*civitas*” (a cidade como comunidade e espaço de relações) do que em quanto “*urbs*” (a cidade física, o aglomerado racional de funções organizadas no espaço). De facto, se o investimento financeiro nas obras aprovadas com os participantes for reduzido, concentrar as energias organizacionais nos aspetos cívicos-relacionais, valorizando sobretudo a vertente “pedagógica” do processo (conforme realçado no Regulamento da Trofa), parece quase ser o único caminho recorível.

Enfim, um terceiro tipo de limitação que o OPJ da Trofa compartilha com muitos OP europeus é o facto de constituir-se como um “espaço por convite” (IBARRA, 2007) concebido com base em instituições, não chegando a encontrar a meio caminho formas de “participação por irrupção” (id.) que nos últimos anos têm emergido em todo o País, inclusive na Trofa na altura dos protestos contra a ameaça de cancelamento da construção do novo metro de superfície¹⁵ ou da supressão de algumas freguesias no âmbito da reestruturação dos poderes locais no país. Este limite, na verdade, relaciona-se estritamente também com as presumidas características atribuídas – no sentido comum - ao próprio público-alvo, frequentemente imaginado como não habituado a reivindicar espaços sólidos de intervenção na vida política e de gestão do território (Tonucci, 2003), para além das romantizações propostas por ficções como o recente filme brasileiro “*O fim do recreio*” de Nélio Spréa e Vinicius Mazzon¹⁶. O que obviamente não deixaria de ser um preconceito paralisante e inibidor, tanto mais ante o leque de idades tão variado que o OPJ da Trofa contempla na escolha do seu público, e pensando em outras experiências de Orçamentos Participativos como o da cidade de Sevilha, onde em 2010 as crianças e os adolescentes que participavam do chamado “Laboraforo” (um percurso paralelo que facilitava aos jovens as apresentação de propostas, mas não dava a eles direito de voto sobre as mesmas) conseguiram articular a sua ação coletiva para obter direito de voto nos OP dos adultos, levando o Executivo Municipal a modificar a autoregulação do processo para torná-lo mais participativo, justo e acolhedor para públicos cujo estatuto de cidadãos não permite muitas possibilidade de incidência direta nas políticas públicas, a não ser que pela via da “participação por irrupção”.

15 Durante as eleições para a Presidência da República de Junho de 2011, na Freguesia de Muro houve um importante movimento de protesto que chegou a conquistar a população toda ao ponto que num primeiro turno eleitoral houve 0% de votantes na sede eleitoral local. No mesmo período, a Juventude do PSD encheu as ruas do concelho com placards irónicos sobre a promessa da Presidente da Câmara de trazer a Trofa o novo metro, cujo “congelamento” por parte do governo nacional a guia socialista foi considerado uma “traição” das promessas eleitorais, embora – obviamente - não tivesse nada a ver com a vontade da própria Presidente.

16 A ficção (de 2012), cuja estreia foi apresentada no festival “Democracine” 2012, celebra a mobilização coletiva como o melhor caminho para a sociedade assegurar seus direitos. A curta-metragem, irónica e divertida até os limites da parodia caricatural, descreve a revolta espontânea de um grupo de crianças em uma escola municipal de Curitiba, frente a um projeto de lei do Congresso Nacional que pretende acabar com o recreio escolar, o único espaço de verdadeira liberdade onde as crianças “autorgani-zam” o próprio tempo

Pode esta série de limites comuns a outras experiências de OP português e europeus ser superada nos próximos anos, ou eles têm que permanecer como *vulnus* de natureza “estrutural” na articulação dos princípios-base do OPJ da Trofa e de outras cidades? A nossa visão, a ler na sua complexidade o caso específico, é sem dúvida que seja possível ultrapassar estas limitações, com suporte na formação de um *círculo virtuoso* nas relações de confiança mútua entre as instituições locais e os participantes. Também acreditamos que os instrumentos-chave para isto poder acontecer já estão privilegiados nas características que diferenciam o OPJ da Trofa de outros processos de OP Europeus, e sobretudo de vários outros processos deste tipo destinados a públicos de crianças e jovens no velho continente.

A primeira destas características é sem dúvida a “evolutividade” do processo trofense, concebido desde a sua fundação como um percurso incremental e aberto para manter-se em constante transformação. Este carácter estruturante liga-se à segunda característica, que é o “experimentalismo” o qual denota o OPJ da Trofa, não concebido como uma simples “experiência” posta em prática sem atenção a acompanhar e avaliar constantemente a performance e os resultados de cada ação. A própria colaboração *de mútuo interesse* estabelecida com o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra bem representa esta atenção a acompanhar a evolução do processo para que as suas transformações no tempo sejam *progressivas* e não *regressivas*. Conforme o último parágrafo deste texto revela, a atenção demonstrada nos primeiros dois anos de vida do OPJ para com a medição e o cuidadoso registo das “percepções” dos participantes em diferentes momentos do percurso participativo (e não apenas com o grau de satisfação destes para com o processo) é um marco central da estratégia trofense, que constitui inovação específica deste exemplo, e tem até retroinfluído sobre outras experiências, como aquela mais antiga de São Brás de Alportel, que pela primeira vez em 2012, distribuiu aos participantes um inquérito para melhor conhecer seus anseios e avaliações. Esta análise (embora com alguns limites metodológicos evidenciados no primeiro ano) deu até hoje resultados importantes, criando confiança da Câmara graças ao profundo conhecimento territorial dos jovens testemunhado pelo inquérito, assim como por ter relevado a disposição dos professores de se empenharem cada vez mais no percurso participativo dentro e fora do próprio trabalho profissional.

Enfim, vale a pena realçar que o processo de Trofa aposta desde o início num modelo “co-decisório” para estabelecer um marco central e uma relação de confiança com os participantes. Sem dúvida, para o futuro, será necessário analisar se e como este tipo de escolha poderá ter dinamizado o

campo da organização social (especialmente fora do âmbito das escolas) e quais estratégias de ação coletiva acompanham a formulação e a votação das diferentes propostas até hoje apresentadas. Tais informações, sem obviamente alterar o modelo “co-decisório” até hoje estabelecido, poderão ajudar a reequilibrar a centralidade do momento da votação com outras estratégias finalizadas a enriquecer os momentos de debate, estudo de opções projetadas e deliberação sobre as propostas a apresentar, a sua eventual fusão e a filtragem destes para aumentar o “consenso” que as suporta e reduzir a “concorrência” entre elas.

O interesse mostrado pelo GATOP e as autoridades políticas na promoção de um aumento da “qualidade deliberativa” do próprio processo e das propostas emergentes comportou em 2012 uma ulterior inovação: ou seja, um forte investimento na formação de multiplicadores e na construção de outras iniciativas da difusão da literacia financeira, apostando numa “recolocação” do processo de OPJ no seio das estratégias municipais. Uma tal mudança de paradigma poderá consolidar-se em paralelo a uma outra rara peculiaridade que vale a pena realçar no processo trofense (em relação a outros OP): a progressiva “internalização” da organização do percurso participativo. Enquanto outras experiências mantêm uma tendência a “externalizar” tarefas organizacionais a consultores externos (portanto gerindo parte do processo participativo em *outsourcing*), em dois anos de vida de OPJ, Trofa fez um positivo percurso de auto-formação e progressiva co-responsabilização de uma equipe interna, elaborando um novo organismo “colegial” que gerencia o processo. Este grupo parece ainda marcado por um visível grau de “centralização” nas mãos da sua coordenação (que depende do Pelouro de Educação), mas, sem dúvida, tem o potencial de se abrir a uma maior complementaridade dos papéis executivos dos seus membros, e envolver novos setores camarários que sejam capazes de garantir uma mais rápida e eficaz realização das obras “co-decididas” pelos participantes do OPJ a cada ano, assim evitando o risco de frustração nos participantes e – em consequência – um reduzido aumento da atratividade do processo para os anos futuros.

Se em 2013 estas tendências forem confirmadas, o OPJ da Trofa poderá sair da auto-referencialidade, e, provavelmente, dialogar mais com as outras políticas públicas, recortando-se gradualmente um espaço central de “articulador” de outras iniciativas que podem dizer respeito ao debate em geral sobre a qualidade de vida no Município, a transformação das políticas públicas, a modificação de algumas estratégias económico-financeiras e a própria ampliação do público-alvo (que, aliás, foi desde o início prevista no modelo de OP adotado em 2011). E, quem sabe, um tal crescimento poderá

17 Nomeadamente, em Condeixa-a-Nova o processo de OPJ (aberto a participantes de 16 até 35 anos) tem aumentado o montante de recursos a 150.000 euros (prevendo um custo máximo de 50.000 euros por obra, mas um numero indefinido de obras aprováveis dentro do limite total), tem explicitamente hipotizado um Regulamento Interno a ser anualmente alterado junto com os participantes, e tem estabelecido que a partir do segundo ano o OPJ será expandido a todos os habitantes do município. Ver Regulamento no website: <http://opjdatrofa.com> Também merece realçar que Condeixa foi o primeiro município com Orçamento participativo em

Artigo
Recebido: 14/09/2012
Aprovado: 07/10/2012

Keywords: youth participation, participatory budget, evolutionary processes, pedagogy of citizenship, Portugal.

ensejar uma nova vontade política capaz de ampliar a inovação criada, indo além da vontade política atualmente existente: ou seja, ampliando a incidência financeira do OPJ além do reduzido montante atual e envolvendo os cidadãos também na fase do planeamento de detalhe e do controlo da implementação das obras a realizar.

De facto, se outras experiências e os resultados dos estudos feitos até hoje na Trofa parecem indicar que o empenho da população em engajar-se no processo é proporcional à ampliação gradual dos volumes de recursos postos a disposição do processo, ao número de propostas que podem ter hipótese de ser aprovadas e a capacidade da Câmara de implementá-las em prazos rápidos, a modificação destes últimos condicionantes poderá construir a base da sustentabilidade de um processo participativo mais amplo e abrangente para o futuro.

Nesta óptica, vale a pena realçar o fato de que as peculiaridades do OPJ da Trofa agora contribui para o nascimento de uma experiência – a da cidade de Condeixa-a-Nova, município de 17.000 habitantes na região centro de Portugal – que pôs ao centro do seu modelo uma série de “correções” que intentam ultrapassar algumas limitações pelas quais passou o caso trofense¹⁷. E hoje, quando outras cidades portuguesas – como Miranda do Corvo – estão avaliando caminhos parecidos, o diálogo em rede entre todos os territórios que até agora experimentaram trabalhar percursos de Orçamento Participativo com jovens, para gradualmente ampliar o dialogo à população inteira, torna-se um imperativo indispensável para que desafios inovadores possam tomar forma e oferecer sugestões construtivas a outros contextos¹⁸.

ABSTRACT: This article discusses ways of participation in societies that are joined by institutions that rely on representative democracy and the rule of law, resulting in coexistence with a process of disillusionment with such traditional forms of representative governments. The reflection deals with the new and varied ways that involve citizens in collective life and, among this set of multiple activities that are defined by the organization and control of the government by society, one that has been increasing among the others: Participatory Budget (PB). Although such experience developed in the Latin American context - mainly in Brazil - from the late nineties, it is in Europe that it finds a particularly fertile ground. Therefore, this is the reason for choosing a report from the so called OPJ Trofa (Young participatory budget), whose objectives and methodological instruments characterize the European participatory experiences and the model of “Actuarial PB” (or actuarial basis) in particular.

Referências

ABERS, R. “From clientelism to cooperation: local government, participatory policy, and civic organizing in Porto Alegre, Brazil”. Politics and society, 1998.

ABERS, R. *Inventing Local Democracy*. Lynne Rienner Publishers, Londres, 2000.

Allegretti, G. *Porto Alegre: una biografia territoriale. Ricercando la qualità urbana a partire dal patrimonio sociale*, Firenze University Press, Florença, 2005.

ALLEGRETTI, G. “Teorie ed esperienze di riprogettazione territoriale partecipata con gli abitanti: dal consenso alla condivisione”. In: BERTONCIN, M.; PASE, A. (org.), *Territorialità. Necessità di regole condivise e nuovi vissuti territoriali*, Franco Angeli, Milão, 2007.

ALLEGRETTI, G. *History of Spaces as a Pivotal Tool for Planning Practice: Analyzing Fractures and Continuities with Schoolchildren for the Master Plan of Dicomano, Italy*, 2010. In: *The Proceedings of Spaces of History / Histories of Space: Emerging Approaches to the Study of the Built Environment*, College of Environmental Design, UC Berkeley, disponível em: <http://escholarship.org/uc/item/26d5t3x5>

ALLEGRETTI, G. “Desafios da Democracia Participativa”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*, 2011. Disponível em: <http://diplomatique.uol.com.br/artigo.php?id=1024>

ALLEGRETTI, G.; GARCIA; PAÑO YAÑEZ, P. *Viajando por los Presupuestos Participativos: Buenas Prácticas, Obstáculos y Aprendizajes*, Diputación de Málaga, Proyecto Parlocal, 2011.

ALLEGRETTI, G.; HERZBERG, C. *El ‘retorno de las carabelas’. Los presupuestos participativos de América Latina en el contexto europeo*, TNI Working Paper/FMI, Madrid/Amsterdam/Sevilha, 2004.

AVRITZER, L. *O Orçamento Participativo e a Teoria Democrática: Um Balanço Crítico*. In: AVRITZER, L., NAVARRO, Z. *A Inovação Democrática no Brasil*. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

AVRITZER, L.; NAVARRO, Z. *A inovação democrática no Brasil*, Cortez, São Paulo, 2002.

AVRITZER, L. *Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: Da Autorização à Legitimidade da Ação*. Dados, v. 50, n.3, 2007.

Portugal a publicar um documento de apoio (enviado a todas as famílias registadas no OP) que contém dados e notícias sobre várias políticas do município e o seu processo de orçamentação

18 Os autores desse artigo agradecem a colaboração de Neira Morais - doutoranda do Curso de Democracia no Século XXI da Universidade de Coimbra; Manuel Rodrigues da Silva - Coordenador da Divisão de Educação, Desporto e Juventude de Trofa; a Judite Cardoso - do Centro de Formação de Associação de Escolas maiatrofa; a César Muñoz, ao GATOP e aos professores que participaram do Curso de Formação em Orçamento Participativo na realização da experiência aqui comentada. Os dados utilizados para parte de tal reflexão, também devem ser registrados como resultantes dos projetos “Participatory Budgeting as innovative tool for reinventing local institutions in Portugal and Cape Verde. A critical analysis of performance and transfers” (PTDC/CS-SOC/099134/2008, financiado por FEDER- COMPETE and FCT) e “Cidade e Alteridade: Convivência Multicultural e Justiça Urbana” co-financiado através de um acordo FCT/CNPQ (4.4.1.00).

AVRITZER, L. O Orçamento Participativo e a Teoria Democrática: Um Balanço Crítico. In: AVRITZER, L., NAVARRO, Z. A Inovação Democrática no Brasil. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

BAIERLE, S. A explosão da experiência. Emergência de um novo princípio ético-políticos nos movimentos populares urbanos em Porto Alegre, In: S. E. Alvarez, E. Dagnino, A. Escobar (org.), Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2000.

BALEIRAS, R. N. Finanças Municipais, Seminário na Presidência da República, Faculdade de Economia/ Universidade Nova de Lisboa, 3 de Maio de 2004

BANCO MUNDIAL. Enhancing the Social and Economic Sustainability of Participatory Budgeting in Porto Alegre, Brazil. Working paper series. Washington, DC: The World Bank, 2007.

BLONDIAUX, L., SINTOMER, Y. «L´impératif délibératif», in Politix, 15, 2002.

CABANNES, Y. “Participatory budgeting: a significant contribution to participatory democracy”. In: Environment & Urbanization. Participatory Governace. IIED, London, vol. 16, n.1, April, 2004.

CABANNES, Y. “Children and Young People Build Participatory Democracy in Latin American Cities.” Children, Youth and Environments 15(2). 2005. Retrieved [date] from <http://cye.colorado.edu>.

DAGNINO, E. (coord.). Sociedad civil, esfera pública y democratización en América Latina: Brasil, Fondo de Cultura Económica, México, 2004.

DIAS, N. O Orçamento Participativo como Novo Experimentalismo Democrático – o caso do Município de Guaraciaba/SC (Brasil): ISCTE (Lisboa), 2006. Dissertação de Mestrado.

DIAS, N. Orçamento Participativo – Animação Cidadã para a Participação Política. Lisboa: Associação In Loco, 2008.

DIAS, N., ALLEGRETTI, G. The variable geometry of Participatory Budgeting: which lessons from the new Portuguese explosion?, In: Actas do Congresso Learning Democracy by Doing: Alternative Practices in Citizenship Learning and Participatory Democracy”, OISE/University of Toronto, October 18-20 do 2008. 2009a.

DIAS, N.; ALLEGRETTI, G. “Orçamentos participativos em Portugal: em busca de uma democracia de maior proximidade ou de uma racionalidade funcional?”. Em *Cidades - Comunidades e Territórios*. Lisboa: CET - Centro de Estudos Territoriais, n.59-71, 2009a.

FALCK, A.; PAÑO YAÑEZ, P. *Democracia Participativa y Presupuestos Participativos: Acercamiento y Profundización sobre el debate actual – Manual Docente de la Escuela de Políticas de Participación Local, Málaga, Proyecto Parlocal, 2011.*

FISHKIN, J. *When the People Speak: Deliberative Democracy and Public Consultation*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

FISHKIN, J.; CAMARANO, E.; LUSKIN, R.; SIU, A. *Deliberative Participatory Consultation: The First Deliberative Poll in Porto Alegre*, apresentação no Annual Meeting of the American Political Science Association, Setembro, 2010, Washington, (DC).

FUNG, A., WRIGHT E.O. “Deepening Democracy - Institutional Innovations in Empowered Participatory Governance”, *Politics & Society*, 29 (1), 2002.

GENRO, T.; DE SOUZA, U. *Orçamento participativo. A experiência de Porto Alegre*. Fundação Perseu Abramo, São Paulo: 1997.

GUGLIANO, A. *Participação e Governo Local- Comparando a descentralização de Montevideu e o orçamento participativo de Porto Alegre*. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 46, 2004.

HALL, P., TAYLOR, R. *Political Science and the new institucionalisms*. *Political Studies*. v. 45, 1996.

IBARRA, P. “Participación y poder: de la legitimación al conflicto”, em Gurrutxaga, Igor A. e Pedro I. Guell (ed.), *Democracia Participativa y Desarrollo Humano*. Madrid: Instituto Internacional de Sociologia Jurídica de Oñati, Ed. Dykinson, 2007.

MARQUETTI, A.; CAMPOS, G. de; ROCHA PIRES, R. *Democracia participativa e redistribuição: análise de experiências de orçamento participativo*. São Paulo: Xamã, 2007.

MUÑOZ, C. *Pedagogia da vida cotidiana e participação cidadã*. São Paulo: Cortez, 2004.

MUÑOZ, C. Crianças e adolescente: participação desde a infância. *Jornal O Povo*. Fortaleza. Páginas Azuis. 17 de Julho de 2006.

NAVARRO, Z. Affirmative Democracy and redistributive development: the case of participatory budgeting in Porto Alegre. *Programas Sociales, pobreza y participación ciudadana*, Cartagena, 1999.

NYLEN, W. R. Testing the empowerment thesis: the participatory budget in BH and Betim, Brazil. In: *Comparative Politics*. v.34. n.02, January 2002.

PECORIELLO A.L. *La città bambina*. Firenze: Masso delle Fate, 2006.

POWELL, W. Expanding the scope of institutional analysis. In *Power and Di Maggio*. The new institutionalism in organizational analysis. The university of Chicago Press, 1991.

RESENDE, PE. O confronto do Orçamento Participativo com as tradições representativas em São Paulo. *Cadernos metrópole*, n. 21, 2009.

ROSANVALLON, P. *La politica nell'era della sfiducia*, Città Aperta, Troina, 2008.

ROSSINI, N. De l'aventure à l'expérience. Des conseils municipaux d'enfants et de jeunes forment-ils de nouveaux acteurs?, Institut National de la Jeunesse et l'Education Populaire, Marly-le-Roi, Document de l'Injep, n.36, 1998.

SANTOS, B. de Sousa. Participatory Budgeting in Porto Alegre: towards a redistributive justice. In: *Politics and Society* 26 (n.4), 1998.

SANTOS, B. de Sousa. "Síntese Final". In: DIAS, N. (org.) *Actas do I Encontro Nacional sobre Orçamento Participativo*, Associação In Loco e Câmara Municipal de São Brás de Alportel, Camarate, 2008.

SINTOMER, Y.; ALLEGRETTI, G.; *Os Orçamentos Participativos na Europa*, Almedina, Coimbra, 2009.

SINTOMER, Y.; GANUZA, E. *Democracia Participativa Y Modernización de los Servicios Públicos: investigación sobre las experiencias de presupuesto participativo en Europa*, Transnational Institute, maio de 2011

SINTOMER, Y.; HERZBERG C.; ALLEGRETTI, G.; ROCKE, A. *Aprendendo com o Sul: O Orçamento Participativo no mundo. Um convite à cooperação*

global, Centro de Serviços para os Municípios em um só Mundo, Giz. n. 25 do “Diálogo Global” em versão portuguesa, 2012.

SINTOMER, Y.; HERZBERG, C.; ROECKE, A. (orgs), Participatory budgets in a European comparative approach. Perspectives and chances of the cooperative state at the municipal level in Germany and Europe - volume II (Final Report – documents). Berlin: Marc Bloch Centre, 2005.

SUBIRATS, J. “Connecting collective and individual transformation; political and economic transformation”, in Networked Politics: principles and challenges, TNI, janeiro 2007

TONUCCI, F. Se i bambini dicono: adesso basta!. Torino: Laterza, 2003.

Tonucci, F. La città dei Bambini. Torino: Laterza, 2005.

TROFA, CÂMARA MUNICIPAL. Relatório de Avaliação do Primeiro Ano do OPJ. Trofa: Câmara Municipal, 2011.

UN-HABITAT. 72 Perguntas frequentes sobre Orçamento Participativo, Projecto Orçamento Participativo Portugal/EQUAL, São Bras de Alportel, 2009.

